

CRESCIMENTO INCLUSIVO EM MOÇAMBIQUE

- reforçando a investigação e
as capacidades

O impacto da COVID-19 na pobreza de consumo em Moçambique

Giulia Barletta, Finório Castigo, Eva-Maria Egger, Michael Keller,
Vincenzo Salvucci e Finn Tarp

PROJECT PAPER 2021/3
DEZEMBRO DE 2021



Com o apoio de:



Ministry for Foreign
Affairs of Finland



Embaixada da Noruega

SOBRE O PROGRAMA IGM

Crescimento inclusivo em Moçambique – reforçando a investigação e as capacidades

IGM é um programa de pesquisa e desenvolvimento de capacidades que se baseia numa parceria única entre duas instituições moçambicanas e duas internacionais – o Ministério da Economia e Finanças de Moçambique (MEF), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Universidade de Copenhaga (UCPH-DERG) e o United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER). O seu objetivo principal é produzir pesquisa de alta qualidade, disponível gratuitamente, para apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências, promovendo o crescimento inclusivo e a resiliência que melhorem substancialmente os padrões de vida da população moçambicana. O programa é financiado pelos governos da Finlândia e da Noruega.

Copyright © UNU-WIDER

Este estudo foi preparado no âmbito do programa *Crescimento inclusivo em Moçambique – reforçando a investigação e capacidades* implementado em colaboração entre o Ministério de Economia e Finanças de Moçambique, a Universidade de Eduardo Mondlane, a Universidade de Copenhaga, e o UNU-WIDER. O programa é financiado pelos governos de Finlândia e Noruega.

As opiniões expressas neste artigo são da responsabilidade do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente as opiniões dos parceiros do programa Crescimento inclusivo em Moçambique – reforçando a investigação e capacidades, nem dos doadores do mesmo.



MEF Discussion Paper 2021/2

O impacto da COVID-19 na pobreza de consumo em Moçambique

Giulia Barletta¹, Finório Castigo², Eva-Maria Egger³, Michael Keller¹, Vincenzo Salvucci^{1,*}, Finn Tarp^{1*}

Agosto de 2021

1 Development Economics Research Group (DERG), Universidade de Copenhaga, Dinamarca; 2 Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento, Ministério da Economia e Finanças (MEF), Moçambique; 3 UNU-WIDER, Helsínquia, Finlândia; autor correspondente: vincenzo.salvucci@gmail.com

Resumo:¹

O presente estudo avalia o impacto da pandemia da COVID-19 e do estado de emergência implementado pelo Governo de Moçambique (GdM) na pobreza de consumo dos agregados familiares. Para prever alterações no rendimento e os efeitos sobre a pobreza e a desigualdade a elas associados, baseamo-nos nos impactos macroeconómicos estimados por Betho et al. (2021) os quais utilizaram um modelo de multiplicadores de contabilidade social. Pressupomos que dois canais de impacto principais estão a actuar conduzindo a uma pobreza de consumo mais elevada: perdas directas de rendimento/salário e de emprego. Para estimar as perdas directas de rendimento/salário, utilizamos a informação de Betho et al. (2021) sobre o impacto nos salários, no produto interno bruto (PIB) por indústria e no rendimento dos agregados familiares; para estimar as perdas de emprego, utilizamos a informação sobre o impacto no emprego de Betho et al. (2021). Os dois canais de impacto são em seguida combinados para avaliar o impacto final no consumo e na pobreza. As nossas simulações sugerem que o consumo diminuiu entre 7,1 e 14,4 por cento e que a pobreza aumentou entre 4,3 e 9,9 pontos percentuais em 2020, dependendo da especificação. Isto corresponde a cerca de 2 milhões de pessoas caírem na pobreza em menos de um ano e a uma inversão da tendência positiva de redução da pobreza observada no período 2008/09-2014/15. Embora as áreas urbanas tenham sido as mais afectadas pelo choque da COVID-19, os nossos resultados indicam que as áreas rurais sofreram um maior aumento das taxas de pobreza devido aos níveis de consumo já baixos. A pobreza muito provavelmente aumentou também no período pré-COVID de 2015-2020 devido a outros choques, pelo que Moçambique se encontra numa luta intensa e cada vez mais profunda contra a pobreza.

Palavras-chave: COVID-19, pobreza, desigualdade, Moçambique

Classificação JEL: I32, O21

Nota: Este estudo foi preparado no âmbito do programa Crescimento inclusivo em Moçambique – reforçando a investigação e capacidades implementado em colaboração entre o Ministério de Economia e Finanças de Moçambique, a Universidade de Eduardo Mondlane, a Universidade de Copenhaga, e o UNU-WIDER. O programa é financiado pelos governos de Finlândia e Noruega.

Esta é uma versão traduzida do Documento de Trabalho em Inglês que se encontra disponível [aqui \(available in English\)](#).

¹ Estamos gratos pelas opiniões e pelos comentários prestimosos do Prof. Sam Jones. Aplicam-se as habituais ressalvas.

Sumário Executivo

Após quase 25 anos de progresso na luta contra a pobreza, o surto de COVID-19 representa um sombrio revés para o desenvolvimento humano. Os países mais pobres como Moçambique sofrem com a diminuição da procura global e com as consequências económicas das medidas adoptadas para combater a propagação da pandemia. Além disso, os seus governos têm pouca margem de manobra em comparação com as economias mais ricas. Consequentemente, muitos países de baixo rendimento estão a sofrer uma grave deterioração do bem-estar e dos meios de vida, a par de quebras no rendimento e na segurança alimentar.

Moçambique registou uma redução acentuada da taxa de pobreza de 1996/97 a 2014/15. No entanto, a partir de 2015 foi atingido por uma série de choques económicos, climáticos e políticos pré-COVID, o que travou o progresso no combate à pobreza de consumo. Após a chegada da pandemia em 2020, o Governo tem até agora evitado implementar um confinamento total. Contudo, é claro que a pandemia e as medidas de mitigação adoptadas acarretaram um pesado custo para a economia, o qual está a aprofundar a incidência generalizada da pobreza de consumo. Para melhor lidar com o impacto da pandemia e apoiar o desenho de respostas de política melhoradas, analisamos o impacto da pandemia e das suas consequências em toda a economia, com um particular enfoque na pobreza de consumo.

Com base na análise macro do impacto da COVID-19 e das restrições governamentais associadas na economia moçambicana, realizada em Betho et al. (2021), este estudo micro extrai estimativas quanto às alterações no consumo dos agregados familiares e taxas de pobreza associadas. Utilizamos dados do inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar de 2014/15 (IOF14) e combinamo-los com os impactos nos salários, no PIB, no emprego e no rendimento dos agregados familiares estimados em Betho et al. (2021). Pressupomos que dois canais de impacto principais estão a actuar, conduzindo a um consumo mais baixo e a uma pobreza mais elevada: perdas directas de rendimento/salário e de emprego.

Para estimar o impacto directo no rendimento/salário, baseamo-nos na informação de Betho et al. (2021) sobre o impacto nos salários, no PIB por indústria e no rendimento dos agregados familiares. Para estimar as perdas de emprego, utilizamos a informação sobre o impacto no emprego, novamente de Betho et al. (2021). Os dois canais de impacto, perdas directas de rendimento/salário e de emprego, são em seguida combinados para avaliar o impacto final no consumo e na pobreza.

Começando pelas alterações no consumo, os nossos resultados a nível nacional variam entre 7,1 por cento e 14,4 por cento de redução devido à COVID-19. Para a população urbana, os resultados variam entre 7,6 por cento e 13,4 por cento de redução, enquanto os resultados para a população rural se situam no intervalo de 5,8 por cento a 14,8 por cento de redução. A redução média do consumo é de cerca de 10,2 por cento a nível nacional.

O aumento daí resultante para a pobreza de consumo, tal como estimado no presente estudo utilizando três abordagens analíticas distintas, situa-se entre 4,3 e 9,9 pontos percentuais para todo o país. Para a população urbana, estimamos que a pobreza de consumo tenha aumentado entre 3,8 e 6,8 pontos percentuais e entre 4,0 e 10,9 pontos percentuais nas áreas rurais. Em média, estimamos um aumento de 6,8 pontos percentuais na pobreza a nível nacional, igual a 5,2 pontos para a população urbana e 7,4 pontos para a população rural. Um aumento da taxa de pobreza neste sentido eliminou certamente uma porção considerável do progresso realizado em décadas passadas. O aumento estimado da pobreza relativa corresponde a aproximadamente 1,5 milhões de pessoas nas áreas rurais que podem ter caído na pobreza, enquanto o número estimado para as áreas urbanas é ligeiramente superior a meio milhão.

Embora o choque da COVID-19 pareça, no geral, ter atingido as áreas urbanas de forma relativamente mais forte, verificamos que as reduções do consumo nas áreas rurais e urbanas são de magnitudes comparáveis, ligeiramente acima de 10 por cento. Contudo, é provável que as áreas rurais tenham sofrido um maior aumento da taxa de pobreza (de 7,4 pontos percentuais, em média, contra 5,2 para as áreas urbanas) devido ao choque da COVID-19. Isto reflecte a maior

probabilidade dos agregados familiares em áreas rurais de caírem na pobreza, devido a níveis de consumo já baixos e à sua maior vulnerabilidade a choques externos.

Olhando para as diferenças entre províncias, estimamos que o consumo terá diminuído de forma relativamente homogénea, entre 10-11 por cento em todas as províncias, mas o aumento estimado da taxa de pobreza devido à COVID-19 varia mais, variando entre aproximadamente 4 pontos percentuais em Maputo Cidade e 11 pontos percentuais em Tete e Manica. Isto reflecte em parte a natureza urbana/rural das províncias e o seu nível inicial de consumo. Além disso, os nossos resultados sugerem que a incidência da pobreza aumentou muito mais para os moçambicanos que alcançaram um nível de escolaridade mais baixo do que para os que alcançaram um nível de escolaridade mais elevado, com valores que variam entre 6-7 pontos percentuais para os primeiros e 1-3 pontos percentuais para os segundos.

Quanto às diferentes ocupações, a pobreza aumentou mais para as pessoas a trabalhar na agricultura de subsistência e para os trabalhadores agrícolas (cerca de 8-9 pontos percentuais), enquanto a diminuição do consumo foi muito mais pronunciada para os pequenos comerciantes (14 por cento). No que respeita aos diferentes tipos de empregador, o consumo reduziu mais para as empresas privadas, as cooperativas, os trabalhadores por conta própria com e sem empregados e os trabalhadores familiares sem remuneração ou trabalhadores domésticos. As taxas de pobreza parecem ter tido o maior aumento para os trabalhadores familiares e os trabalhadores domésticos. Por fim, quanto aos principais sectores de actividade económica, a redução do consumo é a mais elevada no transporte e comunicação, enquanto, como acima descrito, a taxa de pobreza aumentou em especial na agricultura, na mineração, na construção, nos transportes e nos serviços pessoais e outros serviços.

As nossas estimativas e os nossos resultados são relevantes para a criação de políticas por várias razões. Em primeiro lugar, eles salientam o facto de, na sequência do choque da COVID-19, o número de agregados familiares a cair na pobreza ou a sofrer uma grande quebra do consumo ter aumentado. Isto inclui categorias de agregados familiares anteriormente consideradas geralmente menos vulneráveis, como os agregados familiares urbanos, os indivíduos a trabalhar no sector informal ou mesmo no sector formal mas em sectores gravemente afectados pela pandemia, os pequenos comerciantes a residir nas áreas mais afectadas ou as pessoas a trabalhar nos sectores do alojamento e da restauração (incluindo, por exemplo, o turismo e os restaurantes).

Simultaneamente, salientamos que os impulsionadores estruturais da pobreza também actuam: as pessoas em áreas rurais, a trabalhar na agricultura e/ou como trabalhadores familiares sem remuneração ou trabalhadores domésticos, e sem instrução/com menor nível de escolaridade, estão entre as categorias mais afectadas em termos de risco (probabilidade) de caírem na pobreza. Embora tenham surgido impulsionadores de vulnerabilidade adicionais devido à COVID-19, estes não parecem substituir os impulsionadores tradicionais.

Consequentemente, é essencial que — tanto quanto possível — as intervenções sobre a pobreza continuem a focar-se nos agregados familiares rurais, a trabalhar na agricultura e pessoas sem instrução, em particular nas regiões do centro e do norte do país. Para intervenções sobre a pobreza crónica, as medidas devem abordar os impulsionadores estruturais da pobreza, como salientado nas quatro avaliações da pobreza existentes (DNPO, 1998; DNPO, 2004; DNEAP, 2010; DEEF, 2016). Tais políticas incluem investimentos maiores/melhores no desenvolvimento rural, aumento da produtividade dos pequenos agricultores e expansão dos mercados para permitir aos agricultores de subsistência transitarem para a agricultura comercial, entre outras. Simultaneamente, é importante planear a implementação de uma rede de segurança social básica, por exemplo sob a forma de transferências monetárias. A rede de segurança social deve ter como alvo os grupos vulneráveis que, ainda que não estejam na pobreza, correm o risco de sofrer enormes quebras do consumo devido a choques inesperados, como a COVID-19. Isto inclui pessoas a trabalhar no sector informal nas áreas urbanas ou a trabalhar no sector dos serviços pessoais, como empregados domésticos, babás e outras.

1 Introdução

O abrandamento económico global devido à pandemia da COVID-19 está a travar e a reverter os progressos recentes na redução da pobreza (Sumner et al. 2020; Lakner et al. 2019). A diminuição da procura global e as restrições de viagem que afastam os turistas estão a atingir fortemente os países mais pobres como Moçambique. Além disso, os governos têm uma margem fiscal limitada para contrariar a recessão económica em comparação com os generosos pacotes de apoio em curso nas economias mais ricas. Antes da pandemia, as previsões de crescimento para Moçambique para 2020 chegavam a ascender a 6 por cento (Nações Unidas, 2020). No entanto, no final de 2020, o produto interno bruto (PIB) a preços de mercado tinha na verdade diminuído 1,3 por cento (INE, 2021a).

Egger et al. (2021) documentam a grave deterioração dos meios de vida em vários países de baixo rendimento, incluindo acentuadas diminuições do rendimento devido a perdas de trabalho ou receita, insegurança alimentar mais frequente e outros efeitos negativos, e Moçambique não é excepção. Com a diminuição do PIB, suscita-se a questão de saber quanto os meios de vida, e em especial a pobreza de consumo, foram afectados e o que pode Moçambique fazer em termos de respostas ao nível das políticas.

Após uma longa guerra até 1992, Moçambique reduziu rapidamente a pobreza entre 1997 e 2008 desde cerca de 70 por cento para um nível de cerca de 50 por cento. Na mais recente avaliação da pobreza de 2014/15, a taxa oficial da pobreza cifrava-se em 46,1 por cento (DEEF, 2016). Um estudo de Egger et al. (2020) verifica que, no período após 2015, a redução da pobreza estagnou devido a vários choques económicos e climáticos. O impacto da pandemia veio somar-se e seguramente piorou a situação, mas potencialmente com impactos heterogéneos entre os sectores e entre áreas urbanas e rurais.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) está a processar o mais recente inquérito pormenorizado aos agregados familiares, realizado ao longo de 2020. Assim, uma avaliação atempada do impacto microeconómico da pandemia da COVID-19 na pobreza tem de basear-se em métodos de simulação. Betho et al. (2021) avaliam o impacto macroeconómico da COVID-19 e das restrições governamentais com ela relacionadas na economia moçambicana aplicando uma análise de multiplicadores da Matriz de Contabilidade Social (MCS). Empregando um conjunto de pressupostos e dados sobre indicadores económicos chave, apuram uma diminuição do crescimento de 3,6 por cento e do emprego de 1,9 por cento em média devido à COVID-19 em 2020. Por outras palavras, a economia de Moçambique contraiu 1,3 por cento em 2020, enquanto no cenário contrafactual de um mundo sem a COVID Moçambique teria crescido 2,3 por cento. De acordo com o estudo, os sectores mais fortemente atingidos através do canal da diminuição da procura externa são a mineração, o comércio e a hotelaria e restauração. A procura interna mais baixa afectou a construção, a manufactura e, novamente, o comércio e a hotelaria e restauração. O efeito actua principalmente através dos sectores intensivos em capital dependentes da procura externa e afecta principalmente a mão-de-obra urbana.

No presente estudo, desenvolvemos os resultados de Betho et al. (2021) para estimar alterações no rendimento e no consumo dos agregados familiares e utilizamos estas estimativas, por seu turno, para calcular o impacto nas taxas de pobreza. Verificamos que o consumo diminuiu entre 7,1 e 14,4 por cento e que a taxa de pobreza aumentou entre 4,3 e 9,9 pontos percentuais, dependendo das especificidades da abordagem analítica focada.² Em média, isto corresponde a cerca de 2 milhões de pessoas caírem na pobreza em menos de um ano e a uma inversão da tendência positiva de redução da pobreza observada no período 2008/09-2014/15. Betho et al. (2021) reportaram efeitos maiores para os trabalhadores urbanos, mas os nossos resultados evidenciam que as áreas rurais sofreram um aumento maior nas suas taxas de pobreza. Isto deve-se a baixos níveis de consumo iniciais nas áreas rurais, que tornam a população rural especialmente vulnerável a

² Ver a Secção 6 para mais informação, bem como o Apêndice A.

choques em termos de cair abaixo do limiar de pobreza. De modo similar, verificamos que a redução do consumo é comparável entre pessoas com diferentes níveis de escolaridade até ao ensino secundário completo, mas as taxas de pobreza aumentaram muito mais para as pessoas sem instrução do que para as pessoas com maiores níveis de escolaridade. Em termos sectoriais, os pequenos comerciantes apresentam a maior redução do consumo, enquanto encontramos os maiores aumentos das taxas de pobreza relativamente às pessoas a trabalhar na agricultura de subsistência. Além disso, enquanto a maioria das províncias apresenta níveis semelhantes de redução do consumo, vemos aumentos dispersos nas taxas médias de pobreza. A desigualdade também parece ter aumentado devido ao choque da COVID-19, principalmente nas áreas urbanas.

Neste estudo, apresentamos estimativas de curto prazo sobre as alterações no consumo e na pobreza em Moçambique, utilizando os dados do mais recente inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar que se encontra disponível (Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (IOF) 2014/15; doravante IOF14), para ajudar a informar políticas relativas a potenciais medidas de recuperação. Uma análise mais pormenorizada com base em dados reais em vez de simulações será possível quando o inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar 2019/20 (IOF 2019/20) ficar disponível. O nosso estudo pressupõe que o principal canal de impacto na pobreza se verifica através de perdas de emprego e de rendimento. Não incluímos outros potenciais canais, como o aumento do preço dos alimentos, uma vez que os preços se mantiveram relativamente estáveis ao longo de 2020.³ Salientamos que diminuições do rendimento de curto prazo podem conduzir a efeitos nocivos de longo prazo. Exemplos disso são as armadilhas de pobreza devido à venda desesperada de bens (Dercon, 2004), a saúde mais precária e os consequentes resultados no mercado de trabalho devido à insegurança alimentar (Alderman et al. 2004; Hoddinott e Kinsey 2001) e os piores resultados no mercado de trabalho para as crianças que não regressam à escola (Beegle et al. 2003; Edmonds 2006; Bandara et al. 2015).

O Governo de Moçambique está a envidar grandes esforços para conter a propagação da pandemia da COVID-19 e, simultaneamente, evitar um confinamento muito oneroso (e talvez irrealista⁴). No final de Março de 2020, o Presidente Filipe Nyusi anunciou a implementação do estado de emergência. Este vigorou inicialmente por 120 dias. Após um curto período transitório de 30 dias para aprovar nova legislação sobre calamidades, uma renovação entrou em vigor. Os primeiros 120 dias focaram-se na prevenção da doença, enquanto a fase mais recente do estado de emergência/calamidade parece aceitar tanto a existência do vírus como a necessidade de perspectivar um “novo normal” aliado a uma lenta abertura da economia.

Até agora, o Governo conseguiu evitar um confinamento total. No entanto, é provável que a pandemia, combinada com as medidas de mitigação, tenha acarretado um pesado custo para a economia. Para lidar com o impacto e os dilemas de política envolvidos, tendo em vista a concepção de respostas de política optimizadas, visamos aqui analisar o impacto da pandemia e das suas consequências em toda a economia. Quando iniciámos este estudo, os casos de COVID-19 tinham acabado de aumentar drasticamente e o Governo estava a introduzir novas medidas mais rigorosas para reduzir a propagação do vírus, incluindo a sua mais contagiosa variante sul-africana.

O estudo desenvolve-se da forma seguinte. A Secção 2 delinea as tendências da pobreza de consumo e da desigualdade em Moçambique e a Secção 3 apresenta a literatura sobre o impacto económico da pandemia a nível global e em países de baixo rendimento. A Secção 4 sumaria o desenvolvimento da COVID-19 e a resposta do Governo em Moçambique, enquanto a Secção 5 apresenta os dados utilizados na análise. A Secção 6 explica a metodologia aplicada para abordar

³ Ver o boletim INE (2021b). A inflação nos 12 meses de 2020 foi de 3,52 por cento, um valor muito próximo do registado em 2018 e 2019.

⁴ Ver Jones et al. (2020) e Egger et al. (2020).

a questão objecto de investigação, e a Secção 7 apresenta os resultados. A Secção 8 conclui e oferece recomendações de política.

2 Tendências na pobreza e na desigualdade em Moçambique

O Governo de Moçambique mede a pobreza de consumo e a desigualdade utilizando o inquérito ao orçamento familiar (IOF), representativo a nível nacional, realizado a cada 5 anos desde 1996/97. Embora o INE tenha realizado o mais recente inquérito durante o ano de 2020, os dados ainda não estão disponíveis. Uma vez disponíveis, ajudarão a esclarecer o impacto directo da pandemia nos meios de vida e as consequências dos eventos entre 2015 e 2020. Entretanto, baseamo-nos nos dados mais recentes que estão disponíveis sobre o consumo dos agregados familiares de 2014/15.

Após uma longa guerra até 1992, Moçambique entrou num período de crescimento e redução da pobreza acelerados nos anos 1990. As taxas anuais de crescimento foram de 7,2 por cento em média durante o período de 2000 até 2016 e o PIB *per capita* cresceu 4 por cento ao ano, pelo que Moçambique se encontrava entre as economias da África SubSariana (ASS) com um crescimento mais acelerado (World Bank, 2018). No mesmo período, as taxas de pobreza caíram 25 pontos percentuais, mas com um aumento do número de pessoas pobres devido a um elevado crescimento populacional. A mais recente avaliação da pobreza nacional publicada em 2016 e baseada em dados do IOF14 estimou que a taxa de pobreza era de 46,1 por cento, correspondendo a 11,8 milhões de moçambicanos a viver na pobreza (DEEF 2016). São quase tantas pessoas pobres como em 1997, quando as estimativas sugeriam que 12 milhões de moçambicanos seriam pobres (DEEF 2016). Além disso, os ganhos de consumo apresentam tendências divergentes. Existe uma forte divisão rural-urbano e emergiu uma hierarquia regional, com a região sul, onde se situa também a capital nacional Maputo, como a região mais rica. As áreas rurais na região centro e na região norte permanecem desligadas dos mercados, da electricidade e de outros serviços básicos, como documentado nas análises multidimensionais da pobreza (DEEF 2016; Cardoso et al. 2016). Por exemplo, em 2014/15, 18 por cento dos moçambicanos urbanos eram considerados multidimensionalmente pobres, em contraste com 72 por cento da população rural (DEEF 2016).

A desigualdade a nível nacional aumentou de um coeficiente de Gini de 0,40 em 1997 para 0,47 em 2014/15, o que é relativamente elevado em comparação com outros países de baixo rendimento da ASS (World Bank, 2018). O aumento da desigualdade resulta principalmente das áreas urbanas e em especial da região sul onde os grupos com maior rendimento obtiveram ganhos substanciais. Em 2014/15, os 5% do topo da distribuição do consumo em áreas urbanas tinham níveis de consumo equivalentes a 21 vezes os níveis de consumo dos 5% mais baixos. Diversamente, nas áreas rurais, este rácio manteve-se relativamente estável em cerca de 8-9.

Desde a última avaliação da pobreza nacional e do último inquérito aos agregados familiares em 2014/15, representativo a nível nacional, uma combinação de várias crises atingiu o país. O chamado escândalo da “dívida oculta” levou a uma retirada dos doadores e a uma redução acentuada da ajuda ao desenvolvimento, bem como a uma quebra do PIB. Simultaneamente, os preços dos, e a procura pelos, produtos moçambicanos mais valiosos, como o carvão e o gás, sofreram uma queda e o país foi atingido por fenómenos meteorológicos severos que causaram grande dano aos meios de vida das pessoas. A somar a isto, estalaram conflitos na província do norte de Cabo Delgado, desestabilizando a região e com ataques a civis, que fugiram em massa para as províncias vizinhas e atravessando a fronteira com a Tanzânia. Egger et al. (2020), usando os dados dos inquéritos demográficos e de saúde, documentam o facto de estes eventos combinados terem conduzido a uma estagnação na pobreza multidimensional entre 2014 e 2018.

3 COVID-19 e pobreza em países de baixo rendimento

Após quase 25 anos de diminuição da pobreza global, o surto de COVID-19 representa um sombrio revés para o desenvolvimento humano, comprometendo também o objectivo de fazer descer a

pobreza extrema global para menos de 3 por cento até 2030 (World Bank 2020). Uma literatura emergente analisa os impactos económicos da pandemia da COVID-19, tanto à escala global como à escala nacional.

Na sequência da pandemia, em Março de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou um aumento do desemprego global de entre 5,3 e 24,7 milhões em 2020 (ver ILO 2020). O relatório da OIT previu também um aumento da pobreza no trabalho de entre 9 e 35 milhões utilizando um limiar de pobreza de 3,20 US\$/dia (ILO 2020). Estas estimativas emergiram de um modelo híbrido DSGE/CGE⁵ implementado por McKibbin e Fernando (2020), que propuseram três cenários potenciais (baixo, médio e alto) com uma quebra do PIB de 2, 4 e 8 por cento, respectivamente. Laborde et al. (2020) apresentaram um conjunto de projecções paralelas em Março de 2020, que actualizaram em Abril. Para os seus cenários, utilizaram o modelo de equilíbrio geral global do International Food Policy Research Institute (IFPRI), o MIRAGRODEP, e concluíram que globalmente, na ausência de intervenções de política de mitigação, um número adicional de mais de 140 milhões de pessoas poderá cair abaixo do limiar de pobreza de 1,90 US\$/dia.

As estimativas da OIT e do IFPRI baseiam-se em variantes dos modelos de Equilíbrio Geral Computável (CGE) que estimam o modo como os choques de oferta e de procura, as alterações nos factores de produção ou as contracções do comércio e do *output* afectam a pobreza. Adoptando uma abordagem diferente, Sumner et al. (2020) estimam o impacto da pandemia na pobreza global devido a choques directos de consumo. Os autores disponibilizam estimativas com base em três cenários com uma contracção do rendimento ou do consumo de 5, 10 ou 20 por cento, realizadas para os limiares de pobreza de, respectivamente, 1,90 US\$, de 3,20 US\$ e de 5,50 US\$ por dia. Pressupondo uma contracção dos rendimentos *per capita* de 5 por cento, prevê-se um aumento do índice de incidência de pobreza global de mais de 80 milhões para o limiar de pobreza de 1,9 US\$/dia, de mais de 130 milhões para o padrão de 3,2 US\$/dia e de quase 124 milhões para o limiar de pobreza mais elevado de 5,5 US\$/dia. No cenário de uma contracção global elevada, de 20 por cento, os aumentos poderiam ser de cerca de 420 milhões, 580 milhões e 520 milhões de pessoas, respectivamente. É de notar que estas estimativas reflectem pressupostos neutros quanto à distribuição e omitem qualquer impacto de política e respostas ao nível do mercado de trabalho e dos agregados familiares.

Lakner et al. (2019) simulam a pobreza extrema global até 2030 à luz de diferentes cenários de crescimento e desigualdade baseados, até 2021, nas projecções de crescimento da edição de Junho de 2020 do relatório sobre Perspectivas Económicas Globais (*Global Economic Prospects – GEP*) do Banco Mundial. Após 2021, os autores usam três cenários diferentes baseados em taxas de crescimento históricas. O estudo modela o impacto das alterações de distribuição na pobreza através da alteração do índice de Gini de um país e da utilização de diferentes curvas de incidência do crescimento. Para modelar a taxa de repercussão (*pass-through rate*) do crescimento do PIB no crescimento ao nível dos agregados familiares, os autores baseiam-se num algoritmo de aprendizagem automática (partição recursiva com base no modelo). O estudo conclui que a COVID-19 pode ter empurrado 60 milhões de pessoas para a pobreza extrema em 2020. Os autores também salientam que as alterações de distribuição poderão ter um impacto substancial na redução da pobreza. Mostra-se que uma diminuição anual de 1 por cento no índice de Gini de cada país tem um impacto maior na pobreza global do que se cada país registar uma taxa de crescimento anual 1 ponto percentual mais elevada do que o esperado.

Valensisi (2020) disponibiliza uma avaliação preliminar do impacto da COVID-19 na pobreza global com base nas previsões de crescimento do Fundo Monetário Internacional (FMI) de Abril de 2020. O autor, pressupondo um choque neutro quanto à distribuição, estima um aumento de 68 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza de 1,90 US\$/dia em 2020, mas este número poderia facilmente aumentar para 100 milhões no caso de uma recessão mais profunda do que a prevista pelo FMI. O estudo também sublinha o impacto social e económico desproporcionado que a crise poderá ter nos países menos desenvolvidos (PMD). As vulnerabilidades intrínsecas dos PMD

⁵ Dynamic stochastic general equilibrium/computable general equilibrium

tornam-nos altamente susceptíveis a choques externos, que actuam frequentemente através de uma tensão na balança de pagamentos. Adicionalmente, uma parte considerável da população nos PMD está concentrada pouco acima do limiar de pobreza extrema. O choque económico poderá desfazer os ganhos das décadas passadas no que respeita à redução da pobreza e exacerbar vulnerabilidades estruturais, atingindo de forma particularmente forte o Sul da Ásia e a ASS.

Procurando fazer face à escassez de evidência quantitativa sistemática sobre o impacto económico da crise da COVID-19 nos países de baixo e médio rendimento, alguns estudos recorrem a inquéritos telefónicos, baseados na marcação aleatória de números de telefone (RDD), em estudos previamente realizados ou em inquéritos telefónicos de elevada frequência (HFPS). Embora estes estudos esclareçam melhor o impacto real da COVID-19 nos agregados familiares, é necessário cuidado quanto à selecção das amostras e à comparabilidade dos inquéritos entre países.

Egger et al. (2021) apresentam resultados de 16 amostras em nove países (Bangladesh, Burkina Faso, Colômbia, Gana, Quênia, Nepal, Filipinas, Ruanda e Serra Leoa), abrangendo amostras heterogêneas com base em RDD e em estudos anteriores. Esse estudo olha para as alterações de rendimento, emprego, acesso aos mercados, segurança alimentar e apoio do governo ou de ONG e revela dificuldades económicas acrescidas e um aumento substancial da incidência da insegurança alimentar. Entre 8 e 87 por cento dos inquiridos reportam uma quebra do rendimento, com uma percentagem mediana de 70 por cento. Adicionalmente, 5-49 por cento (mediana de 30 por cento) reportam não terem trabalhado desde o início da crise. Obstáculos substanciais à subsistência, em termos de acesso aos mercados e a cuidados de saúde, que resultaram em 9 a 87 por cento dos inquiridos terem sido forçados a saltar ou reduzir refeições (a percentagem mediana é de 45 por cento), agravam estes efeitos.

Khamis et al. (2021) apresentam estimativas sobre o impacto da crise no mercado de trabalho em 39 países com base em dados de HFPS e avaliam a consistência desses dados com projecções macroeconómicas (Perspectivas da Economia Mundial [*World Economic Outlook*] do FMI e ILOSTAT da OIT). Este estudo verifica que a paragem do trabalho era comum, numa média de 34 por cento entre os vários países, enquanto, em especial na América Latina e nas Caraíbas, os trabalhadores assalariados frequentemente reportavam pagamento parcial ou ausência de pagamento. Dividindo os trabalhadores em três sectores distintos – agricultura, indústria e serviços – o estudo verifica que as paragens de trabalho eram mais comuns nos serviços e na indústria do que na agricultura, embora este último sector também sofresse perturbações significativas. Ao compararem os resultados com projecções macroeconómicas, os autores salientam algumas discrepâncias nos resultados referentes ao mercado de trabalho com base em dados de HFPS, em especial na ASS. Isto sugere que as projecções macroeconómicas não apreendem inteiramente o impacto nos agregados familiares, em particular em países com altos níveis de informalidade.

Uma literatura crescente visa também disponibilizar projecções e avaliações quanto ao impacto específico em cada país da crise relacionada com a pandemia. A grande maioria destes estudos consiste em projecções microeconómicas e macroeconómicas relativas ao impacto nacional da pandemia, devido à falta de dados em tempo real. Contudo, alguns casos excepcionais baseiam-se em dados financeiros semanais referentes aos agregados familiares (Janssens et al. 2021) ou em inquéritos representativos a nível nacional (Jain et al. 2020; Menta 2021).

Um exemplo da primeira vertente desta literatura é o estudo de Suryahadi et al. (2020) sobre o impacto da COVID-19 na pobreza na Indonésia. A previsão do impacto na distribuição da despesa dos agregados familiares utiliza o choque económico indonésio de 2005–06, que os autores aplicam como padrão de choque sofrido por cada percentil de despesa para medir o impacto de distribuição da COVID-19 na despesa dos agregados familiares. Devido à pandemia, prevê-se que a taxa de crescimento para 2020 reduza de 5 por cento para entre 4,2 por cento e -3,5 por cento. Dependendo da gravidade do cenário, prevê-se que o índice de incidência de pobreza cresça entre 1,3 e 19,7 milhões de pessoas.

Cuesta e Pico (2020) analisam o efeito da crise nas disparidades de emprego, nos fossos de geração de rendimento e nos fossos de pobreza numa perspectiva de género através do desenvolvimento de um exercício de simulação *ex ante* utilizando um modelo de microssimulação estática. Ao fazê-lo,

os autores prevêem cenários de pobreza com e sem a COVID-19 e analisam o efeito de diferentes intervenções de política. O estudo estima que a pandemia aumenta o número de pessoas a viver na pobreza entre 3 e 9,1 por cento e não encontra diferença significativa no impacto da pobreza em homens e mulheres.

Para Moçambique, Mussagy e Mosca (2020) estimam os resultados da COVID-19 no que respeita à pobreza e à desigualdade. As projecções apresentadas no estudo utilizam uma contracção de 5, 10 e 20 por cento no consumo (cenários optimista, moderado e pessimista) e estão baseadas nos dados do inquérito ao orçamento familiar realizado em 2014/15. A redução do consumo não é homogénea entre os agregados familiares, antes depende de uma série de características do agregado familiar, como o nível de pobreza registado na última avaliação, a dimensão do agregado familiar e se o agregado familiar se encontra numa área afectada pelos recentes ciclones ou insurgências.⁶ Quando é utilizado o limiar de pobreza internacional de 1,90 US\$/dia, a microsimulação resulta numa taxa de pobreza nacional estimada de 92,6, 93,1 ou 93,37 por cento (1-2 pontos percentuais acima de um nível inicial de 91,7 por cento), dependendo do cenário.⁷ Prevê-se que a pandemia tenha um impacto ligeiramente mais severo nas áreas urbanas, em linha com as projecções do mais recente relatório Pobreza e Prosperidade Partilhada (*Poverty and Shared Prosperity*) (World Bank, 2020). Contudo, em Moçambique, não se prevê que a COVID-19 inverta a tendência histórica de um nível mais elevado de pobreza nas áreas rurais. Quanto ao nível de desigualdade, o estudo estima um aumento do índice de Gini para 0,478, 0,484, ou 0,504 para cada um dos cenários. As limitações deste estudo incluem o facto de não ter em conta o efeito das políticas de mitigação implementadas pelo Governo e de a perspectiva temporal do impacto económico da pandemia ser limitada a dois trimestres.

Outra tentativa de analisar as implicações da COVID-19 para a economia, os negócios e os agregados familiares em Moçambique contém-se no recém-publicado *Mozambique Economic Update* de Fevereiro de 2021, do Banco Mundial (World Bank 2021a). O estudo salienta que em 2020 o país possa ter sofrido a sua primeira contracção económica em quase 30 anos. Isto combina-se com um abrandamento do investimento directo estrangeiro e da entrada de capitais e com desafios fiscais substanciais. A COVID-19 também afectou gravemente empresas e agregados familiares, causando perdas súbitas de rendimento e piorando as condições de vida, atingindo de forma particularmente forte o sector dos serviços e os pobres urbanos envolvidos no sector informal. Em termos de incidência da pobreza, o estudo apresenta diferentes cenários caracterizados por uma diminuição do consumo de 5, 10, 25 e 50 por cento. Uma redução de 10 por cento no consumo *per capita* por todos os agregados familiares, que os autores consideram razoável dada a dimensão da crise, levaria a um aumento da taxa de pobreza de mais de 5 pontos percentuais, significando que pelo menos mais 1,4 milhões de moçambicanos poderiam cair abaixo do limiar de pobreza nacional. Além disso, o relatório do Banco Mundial também sublinha o impacto potencial da crise no capital humano no médio a longo prazo, em especial devido aos encerramentos de escolas. Estes desafios poderão representar ameaças significativas ao progresso de Moçambique no sentido de atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

4 A COVID-19 em Moçambique e a resposta do Governo

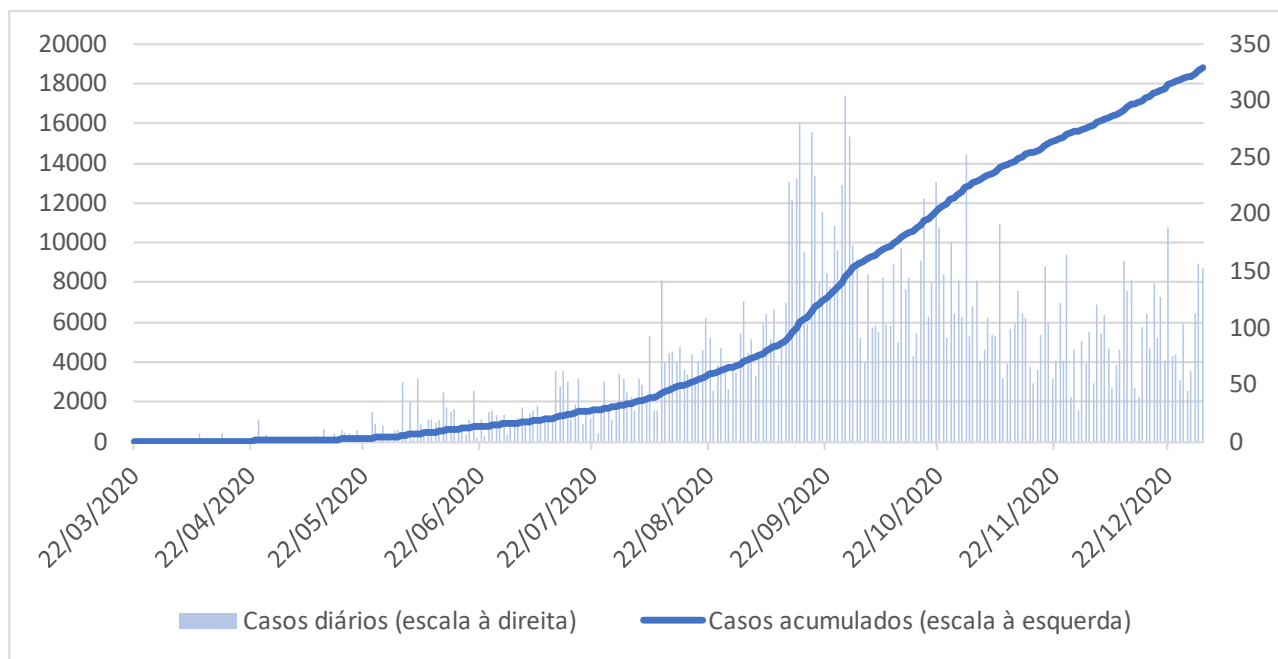
Passamos agora à discussão do desenvolvimento da pandemia da COVID-19 e das respostas do Governo para mitigar o seu efeito. A Figura 1 ilustra a evolução da COVID-19 em Moçambique até

⁶ O modo como a redução do consumo depende das características acima mencionadas não é especificado no documento.

⁷ Em contrapartida, quando o limiar de pobreza nacional é utilizado como referência, estima-se que a taxa de pobreza nacional aumente até 58,1, 61,1 e 67,5 por cento (de um nível inicial de 49,2 por cento), dependendo do cenário. Aqui, parece que os autores decidiram utilizar as taxas de pobreza obtidas utilizando a metodologia mais antiga para calcular a pobreza em Moçambique, e não a revista, cujos resultados são oficiais (DEEF 2016). Com efeito, a taxa de pobreza oficial a nível nacional para 2014/15 não é de 49,2 por cento, mas de 46,1 por cento.

Dezembro de 2020. No início da pandemia da COVID-19, Moçambique conseguiu proteger-se da propagação do vírus devido a um rápido encerramento das fronteiras, a restrições de viagem incluindo quarentena e a rigorosas medidas de contenção. Deste modo, a chamada primeira vaga, de Março a Junho de 2020, registou relativamente poucos casos. Esta situação manteve-se durante mais alguns meses, até Setembro de 2020, quando os números aumentaram mas estabilizaram num nível ligeiramente mais elevado. Com as férias do fim do ano e a reabertura das fronteiras com a África do Sul, onde a mutação mais contagiosa do vírus se estava a propagar rapidamente, a taxa de infecção deu um salto durante a época festiva e já a entrar em 2021, com uma concentração na capital Maputo.

Figura 1: A COVID-19 em Moçambique - Casos diários e acumulados



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Ministério da Saúde (2020).

Desde os primeiros casos de COVID-19 no país, em Março de 2020, Moçambique identificou e implementou várias medidas concretas para prevenir e/ou conter a COVID-19, sendo a primeira medida o estado de emergência, através do Decreto Presidencial n.º 11/2020, de 30 de Março, ratificado pela Lei n.º 1/2020 de 31 de Março, por 30 dias. Entre várias outras medidas, a última medida adoptada até à data deste estudo foi a extensão do Decreto n.º 2/2021 de 4 de Fevereiro de 2021 revendo as medidas para conter a propagação da pandemia da COVID-19 e dando continuidade à gestão da situação de calamidade pública, incluindo recolher obrigatório na área metropolitana do Grande Maputo (Cidades de Maputo e da Matola e Vilas de Marracuene e Boane) das 21:00 às 04:00.

As diferentes medidas governamentais visam medidas sanitárias, restrições de viagem, restrições às importações e exportações, um plano de recuperação económica, um plano de apoio às empresas e um plano de apoio aos exportadores. No que segue, damos alguns exemplos das medidas de política de estímulo económico e de protecção social adoptadas:

- Políticas fiscais:
 - Foi aplicada uma isenção de imposta sobre valor acrescentado (IVA) para o açúcar, o óleo alimentar e o sabão até 2023 para famílias e empresas. Poderá duvidar-se da eficácia desta medida, dado que a compensação dos créditos do IVA com outros impostos devidos depende de se ter um processo já decidido em tribunal, o que não é comum, especialmente com os tribunais encerrados.

- O Instituto Nacional de Segurança Social lançou um fundo para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) para garantir o pagamento dos salários e proteger os trabalhos (22,9 milhões de US\$). O Banco Nacional de Investimento (BNI) subsidiou uma linha de crédito para MPME e registou candidaturas de empresas seis vezes maiores do que os recursos disponíveis. Embora os desembolsos ainda não tenham ocorrido, enquanto se avaliam as garantias, poderão existir desafios relativos às taxas de reembolso.
- Um total de 2,9 mil milhões de meticais (MZN) foram orçamentados para pagamento de dívidas a fornecedores de bens e serviços ao estado.
- Foi aplicada uma isenção total de direitos aduaneiros e impostos diversos sobre a importação de medicamentos e reagentes (uma substância para uso na análise química), bem como sobre todos os materiais de prevenção da COVID-19 e ventiladores incluídos numa lista previamente aprovada pela Autoridade Tributária.
- Medidas para dispensar e adiar pagamentos de impostos sobre empresas para empresas com receita inferior a 2,5 milhões de MZN (ao abrigo do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares) só tiveram impacto sobre uma pequena proporção das empresas (40 por cento das empresas sujeitas a imposto sobre o rendimento de pessoas singulares não pagam impostos, enquanto muitas neste grupo se encontram no regime simplificado). Além disso, impostos adiados podem tornar-se um fardo financeiro para as MPME no futuro.
- As negociações relativas ao ajustamento do salário mínimo foram suspensas.
- Políticas de benefícios e protecção social
 - As tarifas de serviços públicos essenciais foram reduzidas: foram aplicadas uma isenção de taxas sobre água potável até 5 m³, uma redução de 10 por cento na conta de energia para os clientes com tarifa geral, excluindo agregados familiares, e uma isenção de pagamentos de energia para clientes com tarifa social, com efeitos a partir de Junho de 2020 por um período de 6 meses.
 - Foi previsto um fundo de 240 milhões de US\$ para ajudar 1 milhão de pessoas vulneráveis em áreas urbanas e cidades fronteiriças. Os actuais beneficiários de programas de assistência social deveriam receber um montante adicional com o valor de uma prestação de 3 meses (592.179 de beneficiários). Agregados familiares adicionais foram inscritos para receberem uma transferência mensal de 1.500 MZN por mês por um período de 6 meses. Contudo, este programa ainda se encontra em processo de implementação, sendo que apenas alguns agregados familiares receberam já os seus primeiros pagamentos.
 - Um subsídio de 30 por cento dos salários aprovado para os funcionários públicos nos sectores da saúde e da defesa foi aprovado.
 - O custo das transacções de dinheiro através do telemóvel foi reduzido e os limites das transacções diárias e únicas foram aumentando para apoiar as transacções durante a pandemia da COVID-19.
- Políticas financeiras / monetárias
 - O Banco de Moçambique reduziu os custos das transacções bancárias para os consumidores. As medidas adoptadas pelo Banco de Moçambique incluíram a redução das taxas de juro e dos requisitos regulatórios, aumentando desta forma a liquidez do sector bancário. Ainda assim, não é provável que tais medidas se repercutam nas empresas devido a uma acrescida aversão ao risco do sector financeiro.
 - Uma linha de crédito de 500 milhões de US\$ foi disponibilizada para as importações.
- Políticas de apoio ao emprego e aos negócios
 - Perdão e adiamento fiscal foram aplicados para dar alívio de tesouraria às empresas do sector privado.
 - A tarifa de electricidade para pequenas e médias empresas (PME) foi reduzida durante o período de emergência.
 - O BNI anunciou a operacionalização de uma linha de financiamento de 600 milhões de MZN para micro, pequenas e médias empresas para lidarem com o impacto da COVID-19.

A previsão é a de que as famílias pobres sofram caso auferirem rendimentos do trabalho, sobretudo no sector privado, em que as empresas tiveram de encerrar. Nesse sentido, é provável que as acções dirigidas à protecção de PME tenham sido eficazes no alívio da situação dos empreendedores e dos trabalhadores. Em especial, os agregados familiares com baixos níveis de consumo estão em risco de cair na pobreza devido à perda de rendimento. Assim, medidas como a redução de tarifas nos serviços públicos essenciais ou dos custos de transacções de dinheiro móvel, bem como o reforço do sistema de protecção social, podem ter ajudado a reduzir o impacto.

5 Dados sobre os agregados familiares

Utilizamos os dados trimestrais do inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar 2014/15 (IOF14) como fonte de dados principal neste estudo. O IOF14 é o mais recente dos quatro inquéritos ao orçamento familiar representativos a nível nacional que se encontram disponíveis, os quais são produzidos pelo INE.⁸ O IOF14 é representativo de Moçambique como um todo, das áreas rurais e urbanas e de cada uma das 11 províncias, incluindo a capital, Maputo. Inclui informação sobre as características gerais dos agregados familiares, emprego, educação, acesso a serviços básicos, despesas diárias e autoconsumo dos agregados familiares, posse de bens duráveis, condições de habitação, receitas e transferências recebidas e efectuadas, rendimento de várias fontes, bem como despesas menos frequentes.

O método oficial de cálculo da pobreza em Moçambique emprega a abordagem amplamente utilizada do custo das necessidades básicas e calcula limiares de pobreza de consumo mínimo específicos para cada região e ajustados temporal e espacialmente. O consumo é calculado *per capita* por dia e abrange grandes despesas durante os últimos 12 meses, despesas mensais regulares com artigos como propinas escolares ou vestuário e consumo diário de alimentos incluindo autoconsumo.

A desigualdade é calculada como coeficiente de Gini com base no consumo diário *per capita* (para uma descrição pormenorizada da metodologia ver DEEF 2016).⁹ Além disso, o IOF14 é um inquérito de entrevistas repetidas (mini-painel) (DEEF 2016; INE 2015). A implementação decorreu de meados de Agosto de 2014 até meados de Agosto de 2015 e o INE dividiu o período de 12 meses da seguinte forma: Trimestre 1, de meados de Agosto até meados de Novembro de 2014; Trimestre 2, de meados de Novembro de 2014 até meados de Fevereiro de 2015; Trimestre 3, de meados de Fevereiro até meados de Maio de 2015; e Trimestre 4, de meados de Maio até meados de Agosto de 2015.¹⁰ Informação adicional sobre o IOF14 e a avaliação da pobreza derivada da análise destes dados pode ser encontrada em DEEF (2016) e INE (2015a).

6 Metodologia

Como apresentado na introdução, pressupomos que dois canais de impacto principais estão a actuar, conduzindo a um consumo mais baixo e a uma pobreza mais elevada: perdas directas de

⁸ Antes do IOF14, existiram três inquéritos ao orçamento familiar para 1996/97, 2002/03 e 2008/09 (abreviados como IAF96, IAF02 e IAF08, respectivamente). Todos os IAF/IOF foram concebidos e implementados pelo INE, enquanto as análises da pobreza foram realizadas pelo Ministério da Economia e Finanças com a assistência técnica de vários parceiros, incluindo o *International Food Policy Research Institute*, a *United Nations University World Institute for Development Economics Research* e a Universidade de Copenhaga, dependendo do ano do inquérito (DEEF 2016; DNEAP 2010; DNPO 1998, 2004; INE 2004, 2010, 2015a).

⁹ Com base nos documentos técnicos do inquérito ao orçamento familiar emitidos pelo INE, a metodologia de amostragem permaneceu essencialmente a mesma nas diferentes rondas do inquérito, embora ao longo do tempo tenham ocorrido alterações relativamente menores: por exemplo, módulos de inquérito não essenciais foram aditados ou abandonados, dependendo do ano do inquérito, e a lista de artigos de consumo mudou ao longo do tempo (INE 2004, 2010, 2015a).

¹⁰ Originariamente, fora concebido de modo a que cada agregado familiar tivesse de ser entrevistado quatro vezes ao longo dos quatro trimestres do ano. No entanto, por várias razões, o Trimestre 3 do inquérito IOF14 acabou por não ser implementado, mas o trabalho de campo foi retomado no quarto trimestre.

rendimento/salário e de emprego. Para estimar o impacto directo no rendimento/salário, baseamos na informação de Betho et al. (2021) sobre o impacto nos salários, no PIB por indústria e no rendimento dos agregados familiares. Para estimar as perdas de emprego, utilizamos informação sobre o impacto no emprego, de Betho et al. (2021). Os dois canais de impacto—perdas directas de rendimento/salário e de emprego—são em seguida combinados para avaliar o impacto final no consumo e na pobreza utilizando os dados do IOF14.

Levamos a cabo três abordagens analíticas, referidas no que se segue como Abordagem 1, 2 e 3, que aqui sumariamos, sendo uma descrição pormenorizada incluída no Apêndice A. Além disso, na secção 7 apenas são apresentados os impactos médios das três abordagens, constando os resultados pormenorizados no Apêndice B.

Na Abordagem 1, utilizamos como *inputs* principais os impactos nos salários recolhidos de Betho et al. (2021) relativos ao "impacto no PIB de rendimento por factor de produção com desagregação da mão-de-obra urbana/rural e por nível de escolaridade alcançado".¹¹ Em seguida, calculamos uma estimativa para a elasticidade consumo-salário através do cálculo de uma elasticidade agregada consumo-rendimento (propensão marginal a consumir) a nível nacional utilizando dados das contas nacionais sobre o PIB e a despesa final dos agregados familiares.¹² Após termos uma estimativa para a elasticidade consumo-rendimento, é possível traduzir os impactos nos salários em impactos no consumo (para pormenores, ver o Apêndice A). Isto representa o impacto directo no rendimento/salário, que constitui a primeira componente da nossa estimativa final quanto ao impacto no consumo e na pobreza.¹³

A segunda componente é representada pelo impacto das perdas de emprego. Para esta componente, consideramos os impactos no emprego ao nível rural/urbano-nível de escolaridade alcançado, também constantes de Betho et al. (2021). Em conformidade, utilizamos os impactos no emprego em cada grupo rural/urbano-nível de escolaridade alcançado como probabilidades de perda de trabalho para estas categorias. Em cada grupo, seleccionamos aleatoriamente uma percentagem de indivíduos, igual ao impacto estimado no emprego no mesmo grupo em Betho et al. (2021) e impomos uma quebra do rendimento de 100 por cento para o indivíduo. Como exemplo, se Betho et al. (2021) estimam que o impacto no emprego dos trabalhadores urbanos que completaram o ensino secundário é de -4,6 por cento, seleccionamos aleatoriamente um número de trabalhadores nesta categoria igual a 4,6 por cento da população activa total nesta categoria (trabalhadores urbanos que completaram o ensino secundário) e impomos uma quebra no rendimento de 100 por cento para os indivíduos seleccionados.¹⁴

Também temos em conta o facto de, quando um membro de um agregado familiar perde o seu trabalho, isso ter impacto ao nível do consumo de todo o agregado familiar. Exploramos a estrutura de painel do IOF14 e estimamos a quebra média do consumo sofrida por um agregado familiar em

¹¹ Os dados neste nível de desagregação não estão directamente disponíveis no artigo de Betho et al. (2021), mas foram gentilmente disponibilizados pelos autores.

¹² O valor obtido para a elasticidade consumo-rendimento (propensão marginal a consumir) está alinhado com as expectativas e com os valores encontrados na literatura para outros países em desenvolvimento (cerca de 0,639).

No Apêndice, também discutimos uma forma alternativa de calcular um conjunto de elasticidades consumo-salário para cada sector, utilizando uma abordagem baseada na regressão linear. Os resultados não se alteram substancialmente quando esta última abordagem para estimar as elasticidades consumo-salário é implementada.

¹³ Estamos cientes de que apenas uma proporção relativamente pequena de indivíduos em Moçambique recebe um salário (apenas cerca de 20 por cento dos indivíduos que declaram um rendimento [diferente de zero] de qualquer actividade profissional nos dados do IOF14 recebem um salário), mas no que se segue também discutimos a forma pela qual os resultados relativos aos trabalhadores assalariados são aplicados e generalizados para os trabalhadores não assalariados.

¹⁴ Quando calculamos o impacto da perda de emprego, não limitamos a nossa análise ao subgrupo dos assalariados, mas consideramos todos os que auferem rendimento em cada categoria de rural/urbano-nível de escolaridade alcançado.

que um membro do agregado perdeu o seu trabalho. Aplicamos em seguida esta estimativa ao exercício de simulação. Estimamos que esta quebra do consumo seja de cerca de 15 por cento.¹⁵

Por fim, combinamos a redução dos salários a nível rural/urbano-nível de escolaridade alcançado e o efeito sobre o emprego ao mesmo nível para obter uma estimativa da redução global do consumo e do aumento relativo da taxa de pobreza. Conseguimos facilmente calcular estas estimativas para a subamostra de indivíduos que auferem um salário (“trabalhadores assalariados”). Contudo, avançamos e estabelecemos um pressuposto-chave. É o de que a redução nos salários para cada categoria rural/urbano-nível de escolaridade alcançado é também uma boa aproximação para a redução de rendimentos para os indivíduos que trabalham nestas categorias mas não auferem um salário fixo (como os trabalhadores por conta própria ou os trabalhadores familiares). Com base nisto, podemos então estimar os efeitos no consumo e na pobreza para todos os trabalhadores nestas categorias, isto é, a amostra (maior) de indivíduos que auferem qualquer rendimento de qualquer tipo de actividade profissional. Na Secção 7, só apresentamos as estimativas relativas à amostra maior de indivíduos que auferem qualquer rendimento de qualquer tipo de actividade profissional, apresentando aquelas que se restringem aos trabalhadores assalariados no Apêndice B.

A Abordagem 2 é semelhante à Abordagem 1, com uma diferença. É a de utilizarmos como principais *inputs* os resultados de Betho et al. (2021) relativos aos impactos no PIB por indústria/sector, referidos como “impacto total no PIB de produção por indústria”, em vez dos impactos nos salários por rural/urbano e por nível de escolaridade. Utilizamos os impactos no PIB como substitutos dos impactos nos salários em cada um desses sectores e calculamos a elasticidade consumo-salário utilizando o método já descrito. Com base nisto, torna-se uma vez mais possível traduzirmos os impactos nos salários em impactos no consumo (os pormenores constam do Apêndice A). Além disso, na Abordagem 2, temos em conta os impactos no emprego e o impacto no consumo total dos agregados familiares devido à perda do trabalho de um dos membros do agregado, tal como fizemos na Abordagem 1. Subsequentemente, combinamos as reduções dos salários ao nível do sector/indústria e o efeito sobre o emprego ao nível da indústria/sector para obter uma estimativa da redução global do consumo e do aumento relativo da taxa de pobreza.¹⁶

Na Abordagem 3 utilizamos como *inputs* os impactos no rendimento dos agregados familiares de Betho et al. (2021), referidos ao “impacto no rendimento dos agregados familiares desagregado por população urbana/rural e por quintis de rendimento”.¹⁷ Utilizando a elasticidade consumo-rendimento mencionada anteriormente, podemos directamente traduzir os impactos no rendimento em impactos no consumo.¹⁸ Na Abordagem 3, como também nas Abordagens 1 e 2, temos em conta os impactos no emprego e o impacto no consumo total dos agregados familiares devido à perda do trabalho de membros do agregado. Por fim, combinamos a redução do rendimento a nível

¹⁵ Realizamos o cálculo para o caso em que um membro do agregado familiar perde o seu trabalho assalariado e para o caso em que um membro do agregado familiar perde a sua fonte de rendimento (não limitada a um salário/vencimento). Os resultados são muito próximos (no intervalo de 15-18 por cento). Os cálculos estão disponíveis a pedido.

¹⁶ Tal como na primeira abordagem, as estimativas obtidas pela utilização da segunda abordagem podem ser imediatamente calculadas para os trabalhadores assalariados. Contudo, pressupondo que a redução nos salários para cada sector/indústria é uma boa aproximação para a redução de rendimentos dos indivíduos que trabalham nestes sectores/indústrias mas não auferem um salário fixo (como os trabalhadores por conta própria ou os trabalhadores familiares), podemos em seguida estimar os efeitos sobre o consumo e a pobreza entre todos os trabalhadores nestes sectores. Do mesmo modo, só as estimativas respeitantes à amostra maior de todos os trabalhadores são apresentadas na Secção 7, apresentando-se as que se restringem aos trabalhadores por conta própria ou que não auferem um salário fixo apenas no Apêndice B.

¹⁷ Os dados neste nível de desagregação não estão directamente disponíveis no artigo de Betho et al. (2021), mas foram gentilmente disponibilizados pelos autores.

¹⁸ Consideramos aqui uma definição ampla de rendimento, que inclui os salários da actividade principal, os salários da actividade secundária, os valores imputados a salários em espécie, o rendimento líquido da comercialização de produtos (agrícolas, animais, de exploração florestal, de pesca, ou outro tipo de produtos), o rendimento líquido de outras actividades económicas, e o rendimento do arrendamento ou venda da casa ou o arrendamento de terras agrícolas, entre outras fontes de rendimento.

urbano/rural–quintil e o efeito sobre o emprego ao nível da indústria/sector para obter uma estimativa dos efeitos sobre o consumo e a pobreza.¹⁹

7 Resultados

Voltamo-nos agora para a descrição dos principais resultados das três abordagens analíticas acabadas de delinear. Apresentamos resultados a nível nacional, urbano/rural e provincial, por quintis de consumo, nível de escolaridade alcançado, género, principal ocupação, tipo de empregador e sector de actividade económica. As taxas de pobreza e os níveis de consumo de base são apresentados na Tabela 1 a nível nacional, urbano/rural e provincial, encontrando-se a tabela completa com as taxas de pobreza e os níveis de consumo de base para todas as categorias no Apêndice B.²⁰

Tabela 1. Taxas de pobreza de consumo (%) e níveis de consumo médio de base (meticais/pessoa/dia) a diferentes níveis.

	Taxas de pobreza de consumo (%)	Níveis de consumo médio (Meticais/pessoa/dia)
Nacional	46,1	47,1
Urbano	37,4	82,3
Rural	50,1	30,8
Provincia		
Niassa	60,6	32,7
Cabo Delgado	44,8	43,4
Nampula	57,1	28,1
Zambézia	56,6	26,3
Tete	31,7	41,3
Manica	41	41,2
Sofala	44,1	38,9
Inhambane	48,5	45,8
Gaza	51,2	43,0
Maputo Provincia	18,9	111,3
Maputo Cidade	11,7	180,5

Nota: Os dados representam a percentagem de pessoas pobres em relação à população total para diferentes áreas.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em DEEF (2016) e no IOF14.

As Tabelas 2 e 3 apresentam resultados-chave em termos de diminuição do consumo e aumento da taxa de pobreza. Em particular, apresentamos os resultados das três abordagens descritas e o nosso conjunto de estimativas preferencial, que é a média dos resultados obtidos nas três abordagens. Os resultados aqui apresentados referem-se a todos os trabalhadores ou, quando possível, a toda a população. Ou seja, as nossas estimativas incluem, por exemplo, trabalhadores por conta própria e comerciantes informais, que constituem uma porção não negligenciável da população activa em Moçambique. No Apêndice B disponibilizam-se resultados pormenorizados para cada uma das três abordagens, assim como resultados apenas para os trabalhadores assalariados.

Tabela 2. Redução do consumo (%) a nível nacional e urbano/rural.

	Redução do consumo (%)			
	Abordagem 1	Abordagem 2	Abordagem 3	Média das Abordagens 1-3
Nacional	-7,1	-14,4	-9,2	-10,2
Urbano	-9,9	-13,4	-7,6	-10,3
Rural	-5,8	-14,8	-10,0	-10,2

¹⁹ Neste caso, as estimativas obtidas utilizando a terceira abordagem podem ser directamente calculadas relativamente aos indivíduos que vivem em agregados familiares com alguma fonte de rendimento, o que basicamente equivale a considerar a população inteira.

²⁰ As taxas de pobreza coincidem com os resultados encontrados em DEEF (2016), enquanto os níveis de consumo médio para as diferentes categorias diferem dos apresentados em DEEF (2016), dado que aqui consideramos os agregados de consumo em termos nominais.

Nota: Na coluna “Média das Abordagens 1-3”, apresentamos a média das três abordagens. Os dados representam a redução do consumo para todos os trabalhadores/toda a população.

Fonte: Cálculos dos autores com base no IOF14.

Tabela 3. Aumento da taxa de pobreza (pp) a diferentes níveis e população a cair na pobreza (milhares).

	Abordagem 1	Abordagem 2	Abordagem 3	Média das Abordagens 1-3
Aumento da taxa de pobreza (pp)				
Nacional	4,3	9,9	6,2	6,8
Urbano	5,0	6,8	3,8	5,2
Rural	4,0	10,9	7,3	7,4
População a cair na pobreza (milhares)				
Nacional	1292,9	2976,6	1864,1	2044,5
Urbano	502,5	683,4	381,9	522,6
Rural	800,7	2181,8	1461,2	1481,2

Nota: pp, pontos percentuais. Na coluna “Média das Abordagens 1-3”, apresentamos a média das três abordagens. Os dados representam o aumento da taxa de pobreza para todos os trabalhadores/toda a população. O número de pessoas a cair na pobreza é estimado utilizando as projecções de população para 2020 disponibilizadas pelo INE; estas projecções baseiam-se no censo de 2017 (ver INE 2021d)

Fonte: Cálculos dos autores com base no IOF14.

Apresentamos resultados em termos de percentagem de redução do consumo e de aumento em pontos percentuais das taxas de pobreza iniciais, a diferentes níveis. Para o aumento da taxa de pobreza, também incluímos resultados correspondentes ao número absoluto de pessoas a cair na pobreza, tal como estimado utilizando as projecções de população para 2020 disponibilizadas pelo INE.²¹

Começando pelo consumo, as três abordagens produzem resultados no intervalo de -14,4 a -7,1 por cento a nível nacional. Para a população urbana, os resultados variam entre -13,4 e -7,6 por cento, sendo o intervalo mais amplo, de -14,8 a -5,8 por cento, para a população rural. Assim, a redução média do consumo é de cerca de 10,2-10,3 por cento a nível nacional e para as populações rural e urbana, respectivamente. Isto não se afasta muito do cenário principal discutido em World Bank (2021a), que pressupõe uma quebra do consumo de 10 por cento.

A nível nacional, o aumento da pobreza tal como estimado nas três abordagens diferentes situa-se no intervalo entre 4,3 e 9,9 pontos percentuais. Para a subamostra da população a residir em áreas urbanas, estimamos que a pobreza tenha aumentado entre 3,8 e 6,8 pontos percentuais, o que é inferior ao impacto estimado para a população rural de 4,0 a 10,9 pontos percentuais. Ou seja, a média entre as três abordagens é de 6,8 a nível nacional, 5,2 para a população urbana e 7,4 para a população rural. Estas estimativas revelam um cenário mais grave no que respeita ao impacto da COVID-19 na pobreza do que o assinalado em Betho et al. (2021). Nessa análise, os autores afirmam que: “[...] adoptando a elasticidade crescimento-pobreza no período de 2008/09-2014/15 de 0,68 estimada pelo Banco Mundial,²² uma perda de 3,6% no PIB está associada a um crescimento na pobreza monetária de 2,45 pontos percentuais”. Com base nas suas projecções, Betho et al. (2021) sublinham também que “uma forma diferente de o dizer é que o equivalente a mais de metade do progresso em termos de redução da pobreza alcançado entre 2008/09-2014/15 terá provavelmente sido eliminado em 2020 devido à COVID-19.” Dada a natureza ainda mais desoladora das nossas estimativas mais pormenorizadas, que vão bem além de se basearem numa simples elasticidade crescimento-pobreza agregada, é evidente que o impacto da COVID-19 tanto na taxa de pobreza como no número de pobres em termos absolutos é uma preocupação de monta em matéria de

²¹ Estas projecções baseiam-se no censo de 2017 (ver INE 2021d).

²² Ver Baez et al. (2018).

políticas. Isso é assim, em particular, na medida em que a pandemia se veio somar a uma tendência já de si preocupante desde 2015 devido a outros choques.

Isto salienta uma vez mais a importância de se estimar o impacto de um choque de grande dimensão como a COVID-19 de uma perspectiva tanto macroeconómica como microeconómica, utilizando diferentes fontes de dados e métodos. O Banco Mundial calculou a elasticidade antes referida durante um período de crescimento sustentado e de redução constante da pobreza. É bem possível que o valor para a elasticidade crescimento-pobreza tenha aumentado durante os períodos de contracção, como sugerido nesta nossa análise. A implicação é a de que a pobreza pode aumentar muito mais quando o PIB sofre uma perda do que o que cai quando o crescimento recupera. Além disso, estas estimativas de elasticidade foram calculadas ao longo de um período de 6 anos, podendo a elasticidade de curto prazo ser bem diferente.²³

Os nossos resultados também diferem dos de Mussagy e Mosca (2020). Eles apresentam dois conjuntos de estimativas. Um utiliza os limiares de pobreza nacionais, sendo mais directamente comparável com o nosso, e o outro baseia-se no limiar de pobreza internacional de 1,90 US\$/dia. Eles estimam um aumento de cerca de 9-18 pontos percentuais em comparação com a linha de base em função de limiares de pobreza nacionais que dependem do cenário (Mussagy e Mosca 2020). Estas estimativas são em média muito mais altas do que as aqui calculadas. Isto provavelmente depende da escolha de Mussagy e Mosca (2020) de utilizarem as taxas de pobreza obtidas utilizando a metodologia mais antiga para calcular a pobreza em Moçambique, e não a revista, cujos resultados são oficiais (DEEF 2016), em combinação com o pressuposto relativamente simplificado de reduzir o nível de consumo de toda a população pela mesma percentagem.²⁴

Em contrapartida, as nossas estimativas não se afastam muito das que se encontram em World Bank (2021a): pressupondo uma redução de 10 por cento no consumo *per capita* por todos os agregados familiares,²⁵ o *Mozambique Economic Update* de Fevereiro de 2021 estima um aumento da pobreza de cerca de 5 pontos percentuais, com a pobreza nas áreas urbanas e rurais a aumentar 3,7 e 5,8 pontos percentuais, respectivamente. Em média, as estimativas de Word Bank (2021a) são apenas cerca de 1,5-1,8 pontos percentuais mais baixas do que as que aqui surgem.

Embora possa parecer que o choque da COVID-19 atingiu mais as áreas urbanas, verificamos que as alterações percentuais no consumo nas áreas urbanas e rurais são de magnitudes comparáveis, cerca de -10 por cento. Contudo, verificamos que as áreas rurais sofreram um maior aumento das taxas de pobreza (7,4 pontos percentuais, em média, contra 5,2 pontos percentuais para as áreas urbanas) (Tabela 3). Com efeito, até pequenos choques em áreas rurais geralmente mais pobres podem empurrar muitos agregados familiares para baixo do limiar da pobreza, enquanto os agregados familiares urbanos atingidos por choques comparativamente maiores poderão ainda assim acabar com níveis de consumo acima do limiar de pobreza. A maior probabilidade de cair na pobreza para os agregados familiares nas áreas rurais está alinhada com Salvucci e Tarp (2021). No seu estudo, eles também verificam que a probabilidade de se tornar pobre diminuiu com o tempo entre 2008/09 e 2014/15. Contudo, notam também que a pandemia muito provavelmente inverteu esta tendência positiva. Em conformidade, o estudo também salienta que as transições de sentido descendente da categoria dos vulneráveis para a dos pobres são mais prováveis para as áreas rurais do que para as áreas urbanas. Isto demonstra a nossa constatação da existência de aumentos

²³ Também Khamis et al. (2021) encontram discrepâncias entre projecções macroeconómicas e microdados. Referindo-se a dados de HFPS, os autores salientam que, especialmente na ASS, as projecções referentes ao PIB não apreendem inteiramente o efeito da crise “no terreno”. Isto pode ser especialmente verdade para países com elevados níveis de informalidade, como Moçambique.

²⁴ No seu cenário optimista, que é mais próximo das nossas estimativas em termos de taxas de pobreza simuladas, o consumo é reduzido por um valor de entre 5 e 10 por cento para toda a população e, em seguida, pressupostos adicionais são incluídos relativamente ao nível de pobreza registado na última avaliação, a dimensão dos agregados familiares e o facto de o agregado familiar se encontrar ou não numa área afectada pelos recentes ciclones ou insurgências. Estes pressupostos, que não são descritos pormenorizadamente no documento, podem muito bem levar a novos aumentos na taxa de pobreza.

²⁵ Isto está muito próximo da quebra média do consumo aqui obtida, igual a -10,2 por cento.

significativamente mais elevados da taxa de pobreza face a taxas comparáveis de redução do consumo.

Tal está de acordo com as constatações de Mussagy e Mosca (2020). Eles argumentam que as áreas urbanas sofreram consequências mais profundas devido à pandemia, em especial devido à natureza da actividade económica nos centros urbanos. Em contrapartida, dado que a agricultura foi menos afectada pela pandemia e pelas medidas com ela relacionadas implementadas pelo Governo [o que também se reflecte no pressuposto de um impacto directo de oferta nulo na agricultura em Betho et al. (2021)], as áreas rurais sofreram menos com o impacto económico directo. Contudo, devido a níveis de consumo globais muito mais baixos, mais pessoas caíram na pobreza nas áreas rurais do que nas áreas urbanas.

No que respeita a números absolutos de pessoas a cair na pobreza devido ao choque da COVID-19, estimamos (como antes descrito) que aproximadamente 1,5 milhões de pessoas nas áreas rurais tenham caído na pobreza, enquanto o número estimado para as áreas urbanas é de cerca de 523.000 pessoas, perfazendo um total de cerca de 2 milhões de pessoas a nível nacional (Tabela 3). Também neste caso esta estimativa não se afasta muito da que consta em World Bank (2021a), que estima que mais cerca de 1,4 milhões de moçambicanos tenham caído abaixo do limiar de pobreza.²⁶

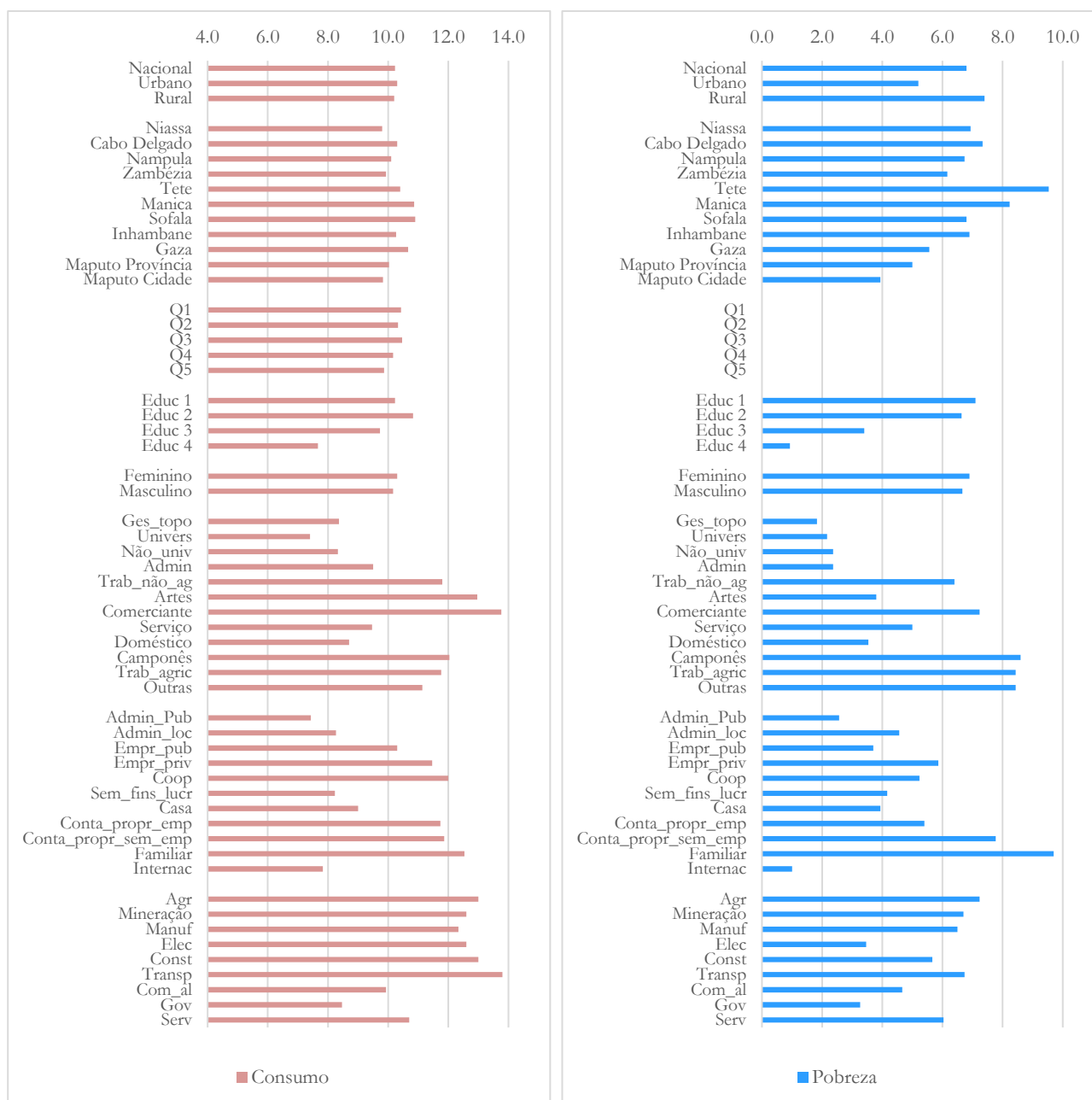
Resultados médios, entre as três abordagens e para todos os trabalhadores/toda a população, são apresentados na Figura 2. Estes incluem resultados a nível nacional, urbano/rural e provincial, por quintis de consumo, nível de escolaridade alcançado, género, principal ocupação, tipo de empregador e sector de actividade económica. Resultados desagregados das três abordagens são apresentados no Apêndice B.

Comparando províncias, estimamos que o consumo tenha diminuído de forma relativamente homogénea entre 10 e 11 por cento em todas as províncias. Em contrapartida, o aumento estimado da taxa de pobreza devido à COVID-19 é mais elevado em Tete e Manica (8-10 pontos percentuais), seguidas por Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza (6-7 pontos percentuais), sendo mais baixo em Maputo Cidade e Maputo Província (4-5 pontos percentuais). Isto reflecte em parte a natureza urbana/rural das províncias e o nível inicial de consumo das províncias.

Além disso, apesar de Betho et al. (2021) estimarem um choque maior para os trabalhadores qualificados do que para os não qualificados, verificamos que a incidência da pobreza parece ter aumentado muito mais para os indivíduos com baixo nível de escolaridade alcançado do que para os mais instruídos. Os valores variam entre 6-7 pontos percentuais para os indivíduos com baixo nível de escolaridade e 1-3 pontos percentuais para os indivíduos que alcançaram um nível de escolaridade elevado (Figura 2). O facto de os efeitos no consumo estimados não apresentarem um contraste tão acentuado entre grupos com diferentes níveis de escolaridade alcançados sublinha o modo como níveis já baixos de consumo entre pessoas com baixo nível de escolaridade resultam em maiores efeitos na pobreza.

Figura 2. Redução do consumo (%) e aumento da taxa de pobreza (pp) a diferentes níveis

²⁶ Esta diferença – cerca de 600.000 pessoas – é consistente com o facto de estimarmos um aumento da taxa de pobreza nacional cerca de 1,8 pontos percentuais mais elevado do que o que consta em World Bank (2021).



Nota: pp, pontos percentuais; Q1–Q5: Quintis de consumo 1–5, respectivamente; Educ 1, sem instrução/ensino primário incompleto; Educ 2, ensino primário completo/ensino secundário incompleto; Educ 3, segundo ciclo do ensino secundário incompleto/completo; Educ 4, ensino superior incompleto/completo, Ges_topo, altos dirigentes; Univers, pessoal/técnico universitário; Não_univ, pessoal/técnico não universitário; Admin, pessoal administrativo; Trab_não_ag, trabalhadores não agrícolas; Artes, artesão por conta própria; Comerciante, pequeno comerciante; Serviço, pessoal de serviço; Doméstico, empregado doméstico; Camponês, pequeno agricultor/camponês; Trab_agric, trabalhador agrícola; Outras, outras ocupações; Admin_Pub, administração pública; Admin_loc, administração local; Empr_pub, empresa pública; Empr_priv, empresa privada; Coop, cooperativa; Sem_fins_lucr, instituições sem fins lucrativos; Casa, casa particular; Conta_propr_emp, trabalhador por conta própria com empregados; Conta_propr_sem_emp, trabalhador por conta própria sem empregados; Familiar, trabalhador familiar sem remuneração e trabalhadores domésticos; Internac, organização internacional/embaixada; Agr, agricultura, silvicultura e pesca; Mineração, indústria extractiva e minas; Manuf, manufatura/indústria transformadora; Elec, electricidade, gás e água; Const, construção; Transp, transporte, armazenamento e comunicação; Com_al, comércio, restauração e alojamento, e financeiro; Gov, serviços da administração pública; Serv, serviços pessoais e outros serviços. Os resultados relativos ao aumento das taxas de pobreza para diferentes quintis não são apresentados por não terem significado. As médias são calculadas entre as Abordagens 1–3 e para todos os trabalhadores/toda a população. Resultados desagregados das três abordagens são apresentados no Apêndice B.

Fonte: Cálculos dos autores com base no IOF14.

Quanto às diferentes ocupações, a pobreza aumentou mais para as pessoas a trabalhar na agricultura de subsistência e para os trabalhadores agrícolas (cerca de 8-9 pontos percentuais), enquanto a alteração do consumo foi muito mais pronunciada para os pequenos comerciantes (-14 por cento). No que respeita aos diferentes tipos de empregador, o consumo reduziu mais para as pessoas a trabalhar para empresas privadas e cooperativas, os trabalhadores por conta própria com e sem empregados e os trabalhadores familiares sem remuneração e trabalhadores domésticos, mas as taxas de pobreza parecem ter aumentado mais para os trabalhadores familiares e trabalhadores domésticos (empregados domésticos, babás e semelhantes) e para os trabalhadores por conta própria sem empregados. Por fim, quanto aos principais sectores de actividade económica, a redução do consumo foi a mais elevada no transporte e comunicação, enquanto, como antes descrito, a taxa de pobreza aumentou em especial para as famílias dependentes de rendimento da agricultura, da mineração, da manufactura, do transporte, da construção e dos serviços pessoais e outros serviços (Figura 2).

No que respeita à desigualdade, dado que as três abordagens apresentam resultados semelhantes, na Tabela 4 reportamos apenas os resultados médios relativos ao aumento no índice de Gini face à linha de base. O índice de Gini calculado utilizando os dados originais do IOF14 e o agregado de consumo simulado das três abordagens mostra que o índice de desigualdade pode ter aumentado 0,003 face a um valor inicial de cerca de 0,534 devido ao choque da COVID-19.²⁷ O aumento (médio) estimado da desigualdade é maior nas áreas urbanas do que nas rurais (0,004 contra 0,003). Dada a duração de 1 ano do choque da COVID-19, isto corresponde a um aumento anual da desigualdade mais pequeno do que o aumento anual registado no período 2008/09–2014/15, quando o índice de Gini subiu cerca de 0,05 no período completo (DEEF 2016).

²⁷ Este número difere do apresentado em DEEF (2016), dado que aqui utilizámos o agregado de consumo expresso em termos nominais, enquanto o agregado de consumo utilizado em DEEF (2016) é previamente deflacionado espacial e temporalmente. Contudo, os resultados permanecem substancialmente inalterados se o agregado de consumo espacial e temporalmente deflacionado for utilizado.

Tabela 4. Aumentos da desigualdade (índice de Gini) a nível nacional e rural/urbano.

Gini	Média das Abordagens 1-3
Nacional	0,003
Urbano	0,004
Rural	0,003

Nota: O aumento médio do índice de Gini (em números absolutos) é apresentado a diferentes níveis, sendo as médias calculadas entre as três abordagens e para todos os trabalhadores/toda a população.

Fonte: Cálculos dos autores com base no IOF14.

8 Recomendações de política e conclusões

Tentámos neste estudo estimar o impacto da pandemia da COVID-19 nos níveis de consumo dos agregados familiares e na pobreza em Moçambique. O estudo baseia-se na avaliação do impacto macro da COVID-19 e das restrições governamentais à economia com ela relacionadas feita por Betho et al. (2021), tendo nós disponibilizado estimativas da alteração no rendimento e no consumo dos agregados familiares, que foram utilizadas, por sua vez, para estimar as taxas de pobreza. Em particular, utilizamos os dados do mais recente inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar que se encontra disponível, o IOF14, e consideramos como *inputs* os impactos no PIB, no emprego e no rendimento dos agregados familiares estimados ao nível macroeconómico por Betho et al. (2021).

Pressupomos que dois canais de impacto principais estão a actuar para conduzir a um consumo mais baixo e a uma pobreza mais elevada: perdas directas de rendimento/salário e de emprego. Para estimar o impacto directo no rendimento/salário, baseamo-nos na informação de Betho et al. (2021) sobre o impacto nos salários, no PIB por indústria e no rendimento dos agregados familiares. Para estimar as perdas de emprego, utilizamos a informação sobre o impacto no emprego, de Betho et al. (2021). Os dois canais de impacto—perdas directas de rendimento/salário e de emprego—são em seguida combinados para avaliar o impacto global no consumo e na pobreza.

Os principais resultados incluem o facto de o consumo ter diminuído 7,1–14,4 por cento e a pobreza ter aumentado cerca de 4,3–9,9 pontos percentuais, dependendo da abordagem implementada. A redução média do consumo é ligeiramente superior a 10 por cento a nível nacional e para a população urbana/rural. Para a pobreza, verificamos um aumento médio de 6,8 pontos percentuais a nível nacional, 5,2 pontos percentuais para a população urbana e 7,4 pontos percentuais para a população rural.

Este aumento da taxa de pobreza corresponde a cerca de 2 milhões de pessoas caírem na pobreza em menos de um ano, com aproximadamente 1,5 milhões adicionais de pessoas pobres nas áreas rurais e um número estimado de 500.000 pessoas nas áreas urbanas. Isto reflecte a maior probabilidade dos agregados familiares em áreas rurais de caírem na pobreza, devido a níveis de consumo já baixos e à sua maior vulnerabilidade a choques externos.

Estima-se que o consumo tenha diminuído de forma relativamente homogénea entre províncias, mas a incidência da pobreza parece ter aumentado muito mais para os indivíduos com baixo nível de escolaridade alcançado do que para os que alcançaram um nível de escolaridade elevado. Além disso, a pobreza parece ter aumentado mais para as pessoas a trabalhar na agricultura de subsistência e os trabalhadores agrícolas, enquanto a diminuição do consumo é muito mais pronunciada para os pequenos comerciantes. O consumo reduziu mais para as pessoas a trabalhar em empresas privadas, cooperativas, trabalhadores por conta própria com e sem empregados e trabalhadores familiares sem remuneração ou trabalhadores domésticos, mas as taxas de pobreza aumentaram mais para os trabalhadores familiares/trabalhadores domésticos. Quanto aos principais sectores de actividade económica, a pobreza aumentou em especial na agricultura, na mineração, na construção, no transporte e nos serviços pessoais e outros. Por fim, estimamos

também que a desigualdade tenha aumentado, tal como medida pelo índice de Gini, mas apenas de forma modesta em comparação com a média anual para os 5-6 anos entre 2008/09 e 2014/15.

Claramente, a precisão dos nossos resultados depende dos pressupostos estabelecidos e das estimativas contidas em Betho et al. (2021). Não obstante, as nossas constatações confirmam claramente que, após um longo período de acentuada redução da taxa de pobreza, o surto de COVID-19 gerou um sombrio revés para a redução da pobreza em Moçambique, que se soma ao impacto de outros choques sofridos durante os últimos 5 anos. Muitos anos de progressos foram anulados e a necessidade de regressar a uma tendência descendente quanto à taxa de pobreza destaca-se como prioridade-chave em termos de políticas.

Os nossos resultados salientam, em primeiro lugar, que no seguimento do choque da COVID-19, o número de agregados familiares a cair na pobreza ou a sofrer uma grande quebra no consumo aumentou. Isto inclui categorias de agregados familiares anteriormente consideradas geralmente menos vulneráveis, como os agregados familiares urbanos, os indivíduos a trabalhar no sector informal ou mesmo no sector formal, mas em sectores gravemente afectados pela pandemia, os pequenos comerciantes a residir nas áreas mais afectadas ou as pessoas a trabalhar no sector da hotelaria e restauração. A implicação é a de que os impulsionadores da pobreza poderão ter mudado no seguimento do choque da COVID-19. No entanto, também verificamos que os impulsionadores estruturais de mais longo prazo da pobreza continuam a actuar durante o choque da COVID-19: as pessoas em áreas rurais, a trabalhar na agricultura e/ou como trabalhadores familiares sem remuneração ou a trabalhar em serviços associados à família, sem ou com menor instrução, estão entre os grupos populacionais mais fortemente afectados em termos de probabilidade de caírem na pobreza. Certamente, impulsionadores de vulnerabilidade adicionais surgiram devido à COVID-19, os quais não se limitam a somar-se aos impulsionadores padrão, como também é salientado em Salvucci e Tarp (2021).

Apresentámos as características ligadas a grandes reduções do consumo e a maiores probabilidades de cair na pobreza, o que deverá ajudar na concepção de programas de protecção social de emergência específicos ou ajudar a repensar os esquemas de protecção social existentes para dar resposta à situação actual. Certamente, daqui resulta ser essencial apoiar os agregados familiares nas áreas rurais, a trabalhar na agricultura de subsistência e não instruídos, em particular nas regiões do centro e do norte do país. As intervenções sobre a pobreza crónica que se liguem aos impulsionadores estruturais da pobreza mantêm-se de importância fundamental, como também é sublinhado nas quatro avaliações da pobreza existentes (DNPO 1998, 2004; DNEAP 2010; DEEF 2016). As políticas nesse sentido incluem investimentos maiores/melhores no desenvolvimento rural, aumento da produtividade dos pequenos agricultores e expansão dos mercados para permitir aos agricultores de subsistência transitarem para a agricultura comercial, entre outras.

Simultaneamente, mostra-se da maior importância planear a implementação de redes de segurança social básica, por exemplo, sob a forma de transferências monetárias para os grupos vulneráveis que talvez não estejam na pobreza, mas que correm o risco de sofrer enormes quebras do consumo devido a choques inesperados, como a pandemia da COVID-19. Isto é especialmente importante para as pessoas a trabalhar no sector informal nas áreas urbanas ou a trabalhar no sector dos serviços pessoais. A investigação futura basear-se-á no inquérito aos agregados familiares de 2020, disponível em breve, para validar os nossos resultados e oferecer perspectivas adicionais sobre o impacto das crises e choques económicos que Moçambique sofreu nos últimos 5-6 anos e o seu impacto na taxa de pobreza e no número absoluto de pessoas pobres.

Referências

Alderman, H., J. Hoddinott, e B. Kinsey (2004). 'Long-Term Consequences of Early Childhood Malnutrition'. FCND Discussion Paper. Washington, DC: International Food Policy Research Institute. Disponível em: <https://www.ifpri.org/publication/long-term-consequences-early-childhood-malnutrition> (acedido em Abril de 2021).

- Bandara, A., R. Dehejia, e S. Lavie-Rouse (2015). 'The Impact of Income and Non-Income Shocks on Child Labor: Evidence from a Panel Survey of Tanzania'. *World Development*, 67: 218–37. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.10.019>
- Baez, J.E., G. Caruso, C. Niu, e C. Myers (2018). *Mozambique Poverty Assessment: Strong but Not Broadly Shared Growth. Overview* [English]. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/377881540320229995/overview> (acedido em Abril de 2021).
- Beegle, K., R. Dehejia, e R. Gatti (2003). 'Child Labor, Crop Shocks, and Credit Constraints'. NBER Working Paper 10088. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER). <https://doi.org/10.3386/w10088>
- Betho, R., M. Chelengo, S. Jones, M. Keller, I.H. Mussagy, D. van Seventer, e F. Tarp (2021). 'O impacto macroeconómico da COVID-19 em Moçambique: Uma abordagem baseada na matriz de contabilidade social'. WIDER Working Paper 2021/93. Helsinki: UNU-WIDER.
- Cardoso, J., J. Morgado, e V. Salvucci (2016). 'Mapping Deprivation in Mozambique. An Analysis of Census Data (1997–2007)'. WIDER Working Paper 2016/166. Helsinki: UNU-WIDER. <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2016/210-6>
- Cuesta, J., e J. Pico (2020). 'The Gendered Poverty Effects of the COVID-19 Pandemic in Colombia'. *The European Journal of Development Research*, 32(5): 1558–91. <https://doi.org/10.1057/s41287-020-00328-2>
- DEEF (2016). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional [Poverty and Well-Being in Mozambique: Fourth National Assessment]*. Maputo: Direcção de Estudos Económicos e Financeiros, Ministério de Economia e Finanças de Moçambique. Disponível em: <https://igmozambique.wider.unu.edu/sites/default/files/News/Mozambique-A5-web-24022017.pdf> (acedido em Abril de 2021).
- Dercon, S. (2004). 'Growth and Shocks: Evidence from Rural Ethiopia'. *Journal of Development Economics*, 74(2): 309–29. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2004.01.001>
- DNEAP (2010). *Poverty and Wellbeing in Mozambique: Third National Poverty Assessment*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/16411_thirdnationalpovertyassessment.pdf (acedido em Abril de 2021).
- DNPO (1998). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment*. Maputo: Ministério de Plano e Finanças.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/IAF%20-%20POVERTY%20AND%20WELL-BEING%20IN%20MOZAMBIQUE-%20THE%20SECOND%20NATIONAL%20ASSESSMENT.pdf> (acedido em Abril de 2021).
- Edmonds, E.V. (2006). 'Child Labor and Schooling Responses to Anticipated Income in South Africa'. *Journal of Development Economics*, 81(2): 386–414. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2005.05.001>
- Egger, D., E. Miguel, S.S. Warren, A. Shenoy, E. Collins, D. Karlan et al. (2021). 'Falling Living Standards during the COVID-19 Crisis: Quantitative Evidence from Nine Developing Countries'. *Science Advances*, 7(6): eabe0997. <https://doi.org/10.1126/sciadv.abe0997>
- Egger, E.-M., V. Salvucci, e F. Tarp (2020). 'Evolution of Multidimensional Poverty in Crisis-Ridden Mozambique'. WIDER Working Paper 2020/69. Helsinki: UNU-WIDER. <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2020/826-9>
- Hoddinott, J., e B. Kinsey (2001). 'Child Growth in the Time of Drought'. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 63(3): 409–36. <https://doi.org/10.1111/1468-0084.t01-1-00227>

- INE (2004). *Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002/3* [Final Report of the 2002/3 Household Budget Survey]. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (2010). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar: IOF-2008/9* [Final Report of the 2008/9 Household Budget Survey]. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (2015a). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar: IOF-2014/15* [Final Report of the 2014/5 Household Budget Survey]. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (2015b). IPC Moçambique Quadros Dezembro 2015 [Consumer Price Index Mozambique – Tables December 2015]. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível em: http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/quadros/nacional/ipcmocambique_quadros_dezembro15.xls/view (acedido em Abril de 2021).
- INE (2021a). Contas Nacionais de Moçambique, IV Trimestre 2020 [Mozambique National Accounts, Fourth Quarter 2020].
- INE (2021b). IPC Moçambique Nota de Imprensa Dezembro 2020 [Consumer Price Index Mozambique – Press Release December 2020]. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/notas-de-imprensa/mocambique/c-transfer-ipcmocambique_nimprensa_dezembro20.pdf/view (acedido em Abril de 2021).
- INE (2021c). IPC Moçambique Quadros Janeiro 2021 [Consumer Price Index Mozambique – Tables January 2021]. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível em: http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/quadros/nacional/ipcmocambique_quadros_janeiro_2021.xlsx/view (acedido em Abril de 2021).
- INE (2021d). Projeções da População 2017–2050. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/projecoes-da-populacao-2017-2050/mocambique.xls/view> (acedido a 11 de Maio de 2021).
- ILO (2020). COVID-19 and the World of Work: Country Policy Responses. International Labour Organization (ILO). Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/regional-country/country-responses/lang--en/index.htm> (acedido em Abril de 2021).
- Jain, R., J. Budlender, R. Zizzamia, e I. Bassier (2020). ‘The Labor Market and Poverty Impacts of Covid-19 in South Africa’. CSAE Working Paper WPS/2020-14. Oxford: Centre for the Study of African Economies (CSAE). Disponível em: <https://www.csae.ox.ac.uk/materials/papers/csae-wps-2020-14.pdf> (acedido em Abril de 2021).
- Janssens, W., M. Pradhan, R. de Groot, E. Sidze, H.P.P. Donfouet, e A. Abajobir (2021). ‘The Short-Term Economic Effects of COVID-19 on Low-Income Households in Rural Kenya: An Analysis Using Weekly Financial Household Data’. *World Development*, 138: 105280. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105280>
- Jones, S., E.-M. Egger, e R. Santos (2020). ‘Is Mozambique Prepared for a Lockdown during the COVID-19 Pandemic?’ WIDERAngle Blog, April. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/publication/mozambique-prepared-lockdown-during-covid-19-pandemic> (acedido em Abril de 2021).
- Khamis, M., D. Prinz, D. Newhouse, A. Palacios-Lopez, U. Pape, e M. Weber (2021). ‘The Early Labor Market Impacts of COVID-19 in Developing Countries’. Policy Research Working Paper 9510. Washington, DC: World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-9510>
- Laborde, D., W. Martin, e R. Vos (2020). ‘Poverty and Food Insecurity Could Grow Dramatically as COVID-19 Spreads’. In J. Swinnen e J. McDermott (eds), *COVID-19 and Global Food Security* (pp. 16–19). Washington, DC: International Food Policy Research Institute. https://doi.org/10.2499/p15738coll2.133762_02

- Lakner, C., D.G. Mahler, M. Negre, e E.B. Prydz (2019). 'How Much Does Reducing Inequality Matter for Global Poverty?'. World Bank Policy Research Working Paper 8869. Washington, DC: World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-8869>
- McKibbin, W., e R. Fernando (2020). 'The Economic Impact of COVID-19'. In R. Baldwin e B.W. di Mauro (eds), *Economics in the Time of COVID-19* (pp. 45–52). London: CEPR Press. Disponível em: <https://cepr.org/sites/default/files/news/COVID-19.pdf> (acedido em Abril de 2021).
- Menta, G. (2021). 'Poverty in the COVID-19 Era: Real Time Data Analysis on Five European Countries'. Working Paper 568. ECINEQ: Society for the Study of Economic Inequality. Disponível em: <http://www.ecineq.org/milano/WP/ECINEQ2021-568.pdf> (acedido em Abril de 2021).
- Ministério da Saúde (2020). Boletim Diario Covid-19 [Daily Bulletin for Covid-19]. Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios>. (acedido em Abril de 2021).
- Mussagy, I., e J. Mosca (2020). 'Micro-simulações dos impactos da covid-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique' ['Microsimulations of the Impacts of Covid-19 on Poverty and Inequality in Mozambique']. OMR Working Paper 96. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-96/> (acedido em Abril de 2021).
- Salvucci, V., e F. Tarp (2021). 'New Insights into Poverty and Vulnerability in Mozambique: An Analysis of Dynamics and Correlates in Light of the Covid-19 Crisis Using Synthetic Panels'. Unpublished manuscript.
- Sumner, A., C. Hoy, e E. Ortiz-Juarez (2020). 'Estimates of the Impact of COVID-19 on Global Poverty'. WIDER Working Paper 2020/43. Helsinki: UNU-WIDER. <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2020/800-9>
- Suryahadi, A., R. Al Izzati, e D. Suryadarma (2020). 'Estimating the Impact of Covid-19 on Poverty in Indonesia'. *Bulletin of Indonesian Economic Studies*, 56(2): 175–92. <https://doi.org/10.1080/00074918.2020.1779390>
- United Nations (2020). *Unpacking the Potential Socioeconomic Impact of the Coronavirus Pandemic in Mozambique: A United Nations Situation Analysis and Policy Recommendations*. Maputo, Mozambique: United Nations. Disponível em: <https://www.greengrowthknowledge.org/sites/default/files/downloads/resource/Socio-Economic-Impact-COVID-19-Mozambique-UN-Mozambique-March-2020.pdf> (acedido em Abril de 2021).
- Valensisi, G. (2020). 'COVID-19 and Global Poverty: Are LDCs Being Left Behind?'. *The European Journal of Development Research*, 32(5): 1535–57. <https://doi.org/10.1057/s41287-020-00314-8>
- World Bank (2018). Mozambique Poverty Assessment: Strong but Not Broadly Shared Growth [Infographic]. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/infographic/2018/11/14/mozambique-poverty-assessment-strong-but-not-broadly-shared-growth> (acedido em Abril de 2021).
- World Bank (2020). *Poverty and Shared Prosperity 2020: Reversals of Fortune*. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity> (acedido em Abril de 2021).
- World Bank (2021a). *Mozambique Economic Update, February 2021: Setting the Stage for Recovery*. Washington, DC: World Bank. <https://doi.org/10.1596/35214>
- World Bank (2021b). World Development Indicators. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#> (acedido a 2 de Fevereiro de 2021).

Apêndice A: Pormenores metodológicos

Na presente análise, consideramos como *inputs* os impactos no produto interno bruto (PIB), no emprego e no rendimento dos agregados familiares estimados ao nível macroeconómico por Betho et al. (2021) para diferentes sectores e para várias categorias (agregados familiares urbanos/rurais, quintis de rendimento/consumo, nível de escolaridade alcançado). Em seguida, tentamos traduzir estes impactos macroeconómicos em alterações no consumo e na pobreza, utilizando os dados do IOF14 como referência. Desenvolvemos três abordagens, indicadas como Abordagem 1, 2 e 3.

Na Abordagem 1 utilizamos como *inputs* principais os impactos nos salários recolhidos de Betho et al. (2021) e indicados como 'Impacto total no rendimento desagregado por rural/urbano e por nível de escolaridade alcançado'. Descreve um impacto estimado no rendimento dos salários por diferentes categorias urbano/rural e nível de escolaridade alcançado. Os impactos estimados constam da Tabela A1 e vemos que os trabalhadores pouco qualificados nas áreas urbanas foram os mais fortemente atingidos, enquanto os trabalhadores com elevadas qualificações nas áreas rurais estiveram entre os grupos que sofreram menor impacto.

Tabela A1. Impacto total no rendimento desagregado por rural/urbano e por nível de escolaridade alcançado

Categoria	Impacto (%)
Mão-de-obra – rural, primário não completo	-2,5
Mão-de-obra – rural, primário completo	-2,3
Mão-de-obra – rural, secundário completo	-1,5
Mão-de-obra – rural, superior completo	-1,9
Mão-de-obra – urbana, primário não completo	-3,9
Mão-de-obra – urbana, primário completo	-3,9
Mão-de-obra – urbana, secundário completo	-3,6
Mão-de-obra – urbana, superior completo	-2,5

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Betho et al. (2021).

Para medir o impacto no consumo para os assalariados nestas categorias, dado o impacto nos salários acabado de apresentar, precisamos de uma estimativa da elasticidade consumo–salário. O método utilizado para disponibilizar uma estimativa da elasticidade consumo–rendimento (propensão marginal a consumir) baseia-se nos dados das contas nacionais dos *World Development Indicators* do Banco Mundial para os anos de 2003–19 para Moçambique (ver World Bank 2021b). Primeiro obtivemos os dados para o PIB (unidade monetária nacional a preços correntes) e para as despesas de consumo final dos agregados familiares (unidade monetária nacional a preços correntes), utilizados como medidas do rendimento (Y) e do consumo privado (C) a nível nacional. Subsequentemente, calculamos a propensão marginal a consumir como $\Delta C/\Delta Y$ para os anos 2003–19 e prevemos o valor da propensão marginal a consumir para 2020 utilizando uma tendência linear.²⁸

Como verificação de robustez, também implementámos um segundo método para calcular as elasticidades consumo–salário e consumo–rendimento de grupos específicos, nomeadamente uma abordagem baseada na regressão com base nos dados do IOF14. Dado que os resultados não se alteram substancialmente, decidimos não apresentar os resultados obtidos pela utilização desta segunda abordagem no texto principal. Na abordagem baseada na regressão, calculamos um conjunto de elasticidades consumo–salário para cada sector, utilizando uma regressão linear do tipo:

$$\ln c_i = \beta_0 + \beta_1(\ln w_i * sector_i) + \beta_2 prov_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

²⁸ Se, em vez de usarmos o período 2003–19, usarmos os anos 1992–2019, a estimativa só ligeiramente diminui (0,629 contra 0,639). Contudo, escolhemos usar apenas o período 2003–19 porque os valores calculados para $\Delta C/\Delta Y$ para os anos 1992–2002 eram muito mais voláteis.

em que i indica o indivíduo, c é o consumo nominal,²⁹ w é o salário, $sector$ indica o sector de emprego, $prov$ se refere à província de residência e ε é o termo de erro. São também aplicados pesos amostrais e características do desenho da amostra específicas do inquérito.

Após calcularmos as elasticidades consumo-salário específicas de cada sector utilizando os dados do IOF14, é possível disponibilizar uma estimativa dos impactos no consumo dados os impactos no salário. Por exemplo, se os salários para o sector 'manufatura' foram reduzidos 4,8 por cento e a elasticidade consumo-salário estimada para esta categoria é de 0,6 (isto é, um aumento de 1 por cento no salário está associado a um aumento no consumo de 0,6 por cento), então atribuímos a todos os assalariados neste sector uma (percentagem de) redução do consumo igual a $4,8 \times 0,6 = 2,88$.

Os valores para a elasticidade consumo-rendimento (propensão marginal a consumir) obtidos utilizando o método baseado nos dados das contas nacionais estão substancialmente alinhados com os obtidos utilizando o método baseado na regressão: com o método baseado nos dados das contas nacionais obtemos um valor de 0,639, enquanto com o método baseado na regressão calculamos um conjunto de elasticidades consumo-salário específicas por sector que variam entre 0,527 e 0,755. Como mencionado, dado que os resultados apenas se alteram ligeiramente usando um método em vez do outro, decidimos não apresentar os resultados obtidos utilizando o método baseado na regressão no texto principal.³⁰

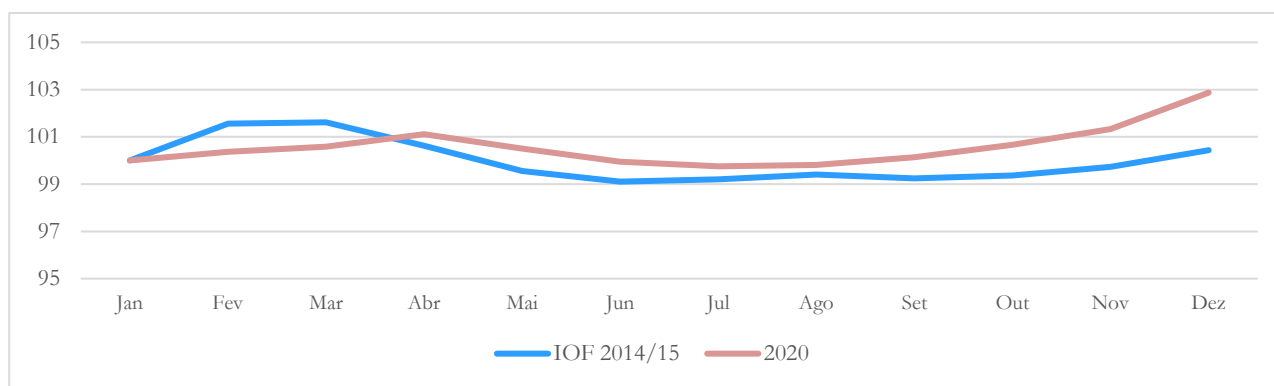
Os salários e o rendimento em geral surgem em termos nominais no IOF14, pelo que os agregados de consumo *per capita* e dos agregados familiares são aqui utilizados também em termos nominais, assim como o são os valores do PIB e das despesas de consumo final dos agregados familiares a nível nacional. Consequentemente, no que se segue quase sempre ignoramos as alterações de preço.³¹ Este é um pressuposto aceitável tendo em conta que as variações de preços em 2020 foram limitadas em comparação com outros períodos. Além disso, as variações de preços foram em grande medida comparáveis em magnitude com as alterações de preços observadas durante os meses de Agosto de 2014 a Agosto de 2015, o que corresponde ao período abrangido pelo inquérito IOF14, e com as alterações de preços observadas de Março/Abril a Dezembro de 2020, que são os meses ligados ao choque da COVID-19. Apresentamos a evolução do índice de preços no consumidor (IPC) durante os meses do IOF14 e em 2020 na Figura A1. Em conformidade, os limiares de pobreza também são expressos em termos nominais.

Figura A1. Índice de preços no consumidor durante os meses do IOF14 e ao longo de 2020.

²⁹ No IOF14, o consumo só é medido a nível agregado dos agregados familiares e em seguida dividido pelo número de membros dos agregados familiares para obter o consumo *per capita*. Nesta regressão, utilizamos como variável dependente o logaritmo do consumo nominal por pessoa por dia. Deste modo, os resultados da regressão poderiam em princípio ser influenciados por alterações no rendimento de outros membros do agregado familiar não relacionadas com as alterações no salário do membro do agregado familiar para o qual registamos o impacto. Assim, para termos uma ligação mais directa entre salário e consumo, só estimamos esta regressão para agregados familiares compostos por apenas um membro do agregado familiar (isto é, o assalariado).

³⁰ Uma das razões para a nossa escolha é o facto de os dados sobre rendimento no âmbito dos inquéritos IAF/IOF serem de mais baixa qualidade em comparação com os dados sobre o consumo. De facto, os inquéritos IAF/IOF são desenhados para apreender rigorosamente o consumo e deste modo calcular a pobreza, enquanto os dados sobre o rendimento não são o foco principal destes inquéritos.

³¹ Apenas temos em conta as alterações sazonais dos preços, e apenas no que diz respeito aos produtos alimentares, aplicando um deflator temporal trimestral ao agregado de consumo utilizado. Não consideramos aqui as alterações espaciais de preços e as alterações temporais de preços para os produtos não alimentares.



Nota: Janeiro de 2015 e Janeiro de 2020 = 100.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em INE (2015b, 2021c)

Os impactos nos salários/rendimento e efeitos do consumo representam a primeira componente da estimativa do efeito global do choque da COVID-19 no consumo e na pobreza; o segundo é o impacto no emprego, também encontrado em Betho et al. (2021) a vários níveis de desagregação.

Em particular, na primeira abordagem, consideramos os impactos no emprego ao nível rural/urbano-nível de escolaridade alcançado. Para o fazer, consideramos os impactos no emprego em cada grupo rural/urbano-nível de escolaridade alcançado como probabilidades de perda de trabalho para estas categorias. Assim, seleccionamos aleatoriamente em cada grupo uma percentagem de indivíduos igual ao impacto no emprego estimado no mesmo grupo tal como constante em Betho et al. (2021) e impomos uma quebra de rendimento para estes indivíduos de 100 por cento.³² Também temos em conta que quando um membro do agregado familiar perde o seu rendimento, isso tem impacto no nível de consumo de todo o agregado familiar.³³

Como passo final, combinamos a redução dos salários a nível rural/urbano-nível de escolaridade alcançado e o efeito sobre o emprego ao mesmo nível para obter uma estimativa da redução global do consumo e do aumento relativo da taxa de pobreza. Estas estimativas podem ser imediatamente calculadas no que respeita à subamostra de indivíduos que auferem um salário. Vamos um passo mais além e pressupomos que a redução nos salários para cada categoria rural/urbano-nível de escolaridade alcançado é uma boa aproximação para a redução dos rendimentos para todos os indivíduos que trabalham nestas categorias. É então também possível obter uma estimativa da redução global no consumo e do aumento relativo da taxa de pobreza no que diz respeito à subamostra (mais ampla) de indivíduos que auferem qualquer rendimento de qualquer tipo de actividade profissional (incluindo trabalhadores por conta própria, entre outros).

³² Repetimos a selecção aleatória 50 vezes e calculámos a redução do consumo devido à perda de trabalho como redução média entre as 50 repetições.

³³ Para medir esta redução mais ampla do consumo, exploramos a estrutura de painel do IOF14, em que todos os agregados familiares, e cada indivíduo em cada agregado familiar, deveriam ser entrevistados três vezes durante o período de 12 meses do inquérito. Utilizando uma regressão de efeitos fixos individuais do tipo: $\ln c_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{earn_wage}_{it} + \beta_2 \text{hhsiz}_{it} + \alpha_i + \varepsilon_{it}$, em que i indica o indivíduo, t indica o trimestre do inquérito, c é o consumo nominal, embora desta vez consideremos o logaritmo do consumo total do agregado familiar por dia, earn_wage indica se o indivíduo i auferiu um salário no trimestre do inquérito t , hhsiz_{it} é a dimensão do agregado familiar, α representa efeitos fixos individuais e ε é o termo de erro. São também aplicados pesos amostrais e características do desenho da amostra específicas do inquérito. Estimamos que a quebra média do consumo sofrida pelos agregados familiares em que um membro do agregado familiar perdeu o trabalho seja de cerca de 15 por cento. Subsequentemente, aplicamos esta estimativa ao exercício de simulação (isto é, aos indivíduos aleatoriamente seleccionados para perderem o seu trabalho é atribuída uma quebra no rendimento de 100 por cento, mas o nível de consumo para os membros do agregado familiar associados é forçado a reduzir 15 por cento).

A Abordagem 2 é muito semelhante à Abordagem 1, sendo a única diferença a de utilizarmos como *inputs* principais os resultados contidos em Betho et al. (2021) relativamente aos impactos no PIB por indústria/sector (indicados como 'Impacto Total no PIB de Produção por Indústria'). Tomamos estes impactos e consideramo-los como substitutos para os impactos nos salários em cada um daqueles sectores. Embora estejamos cientes de que isto não é inteiramente correcto,³⁴ aplicamos a Abordagem 2 também como uma verificação de robustez para os resultados obtidos utilizando a Abordagem 1. Com efeito, os nossos resultados nas duas abordagens não distam muito um do outro, o que pode ser uma indicação de que, no caso de Moçambique, os impactos no PIB por indústria/sector oferecem uma aproximação razoável para os impactos nos salários nesses sectores.

Os impactos estimados no PIB por indústria/sector encontram-se na Tabela A2. O sector mais fortemente atingido é seguramente o do comércio e alojamento, mas a exploração de minas e pedreiras e a manufactura também apresentam impactos significativos.

Tabela A2. Impacto total no PIB por sectores principal, média dos T1-T4 de 2020

Categoria	Impacto (%)
Agricultura, exploração florestal e pescas	-1,9
Exploração de minas e pedreiras	-8,1
Manufactura	-4,8
Electricidade, gás e água	-3,1
Construção	-3,7
Comércio e alojamento	-9,3
Transporte, armazenamento e comunicação	-3,5
Financeiro, serviços imobiliários e a empresas	-1,1
Serviços da administração pública	-0,5
Serviços pessoais	-3,1

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Betho et al. (2021).

Subsequentemente, calculamos uma estimativa para a elasticidade consumo-salário para medir o impacto no consumo para os assalariados nestes sectores implementando o método baseado nos dados das contas nacionais para os anos 2003-19. Este método de disponibilizar uma estimativa para a elasticidade consumo-rendimento (propensão marginal a consumir), que se baseia nos dados das contas nacionais para os anos 2003-2019, foi descrito antes e não será aqui repetido. A verificação de robustez implementada na Abordagem 1, consistindo no cálculo de um conjunto de elasticidades consumo-salário específicas de cada sector, também é implementada na Abordagem 2; a mesma também foi descrita antes e não é aqui repetida.

Uma vez calculada uma estimativa da elasticidade consumo-salário, também aqui é possível traduzir os impactos no salário em impactos no consumo. Além disso, também na segunda abordagem os impactos no emprego são tidos em conta, do mesmo modo que na Abordagem 1. Consideramos os impactos no emprego em cada sector como probabilidades de perda do trabalho para essas categorias; em seguida, seleccionamos aleatoriamente, aplicando 50 repetições, em cada sector uma percentagem de indivíduos igual ao impacto no emprego estimado no mesmo sector e, por fim, impomos uma quebra do seu rendimento de 100 por cento. O impacto no consumo total dos agregados familiares devido à perda do trabalho por um dos membros do agregado (igual a cerca de -15 por cento) é aplicado na Abordagem 2 também. A redução dos salários ao nível da indústria/sector e o efeito no emprego ao nível da indústria/sector são subsequentemente combinados para obter uma estimativa da redução global do consumo e do aumento relativo da taxa de pobreza.³⁵

³⁴ Khamis et al. (2021) verificaram que a correlação entre a quebra do PIB sectorial e os efeitos no emprego ou no rendimento era surpreendentemente baixa, especialmente em países da África Subsariana.

³⁵ De modo similar ao da primeira abordagem, as estimativas obtidas utilizando a segunda abordagem podem ser imediatamente calculadas para a subamostra de indivíduos que auferem um salário. Contudo, se pressupusermos que a redução dos salários para cada sector/indústria é uma boa aproximação para a redução de rendimentos para os indivíduos a trabalhar nestes sectores/indústrias, é também possível obter uma estimativa da redução global do consumo e do aumento

Na Abordagem 3, em vez de utilizarmos os impactos nos salários, como nas Abordagens 1 e 2, utilizamos como *inputs* os impactos no rendimento dos agregados familiares de Betho et al. (2021), indicados como ‘Impacto no Rendimento dos Agregados Familiares Desagregado por População Urbana/Rural e por Quintis de Rendimento’.³⁶ Sumariamos os impactos na Tabela A3. Verifica-se que os agregados familiares urbanos foram afectados mais do que os rurais, mas também que os agregados familiares de médio a baixo rendimento forma afectados mais do que os agregados familiares em melhor situação económica.

Tabela A3. Impacto Total no Rendimento dos Agregados Familiares Desagregado por População Urbana/Rural e por Quintis de Rendimento

Categoria	Impacto (%)
Rural, Quintil 1	-2,7
Rural, Quintil 2	-2,6
Rural, Quintil 3	-2,5
Rural, Quintil 4	-2,4
Rural, Quintil 5	-2,4
Urbana, Quintil 1	-3,6
Urbana, Quintil 2	-3,8
Urbana, Quintil 3	-3,7
Urbana, Quintil 4	-3,6
Urbana, Quintil 5	-3,4

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Betho et al. (2021).

Também neste caso, calculamos uma estimativa para a elasticidade consumo–rendimento para medir o impacto no consumo para os agregados familiares em cada uma destas categorias implementando o método baseado nos dados das contas nacionais para os anos 2003–19. Uma abordagem baseada na regressão com base nos dados do IOF14 para obter elasticidades consumo–rendimento específicas para cada categoria também é implementada neste caso como verificação de robustez. Neste caso, calculamos um conjunto de elasticidades consumo–rendimento para cada categoria urbano/rural–quintil de rendimento, utilizando a seguinte regressão linear, desta vez estimada ao nível do agregado familiar:

$$\ln c_h = \beta_0 + \beta_1(\ln y_h * rural_h * quintile_h) + \beta_2 prov_h + \varepsilon_h \quad (3)$$

em que h indica o agregado familiar, c é o consumo nominal, y é o rendimento, $rural$ indica se o agregado familiar vive numa área urbana ou rural, $quintile$ é o quintil de consumo do agregado familiar h , $prov$ se refere à província de residência e ε é o termo de erro. São também aplicados pesos amostrais e características do desenho da amostra específicas do inquérito.

Uma vez disponível a estimativa da elasticidade consumo–rendimento, é possível disponibilizar uma estimativa dos impactos no consumo dados os impactos no rendimento do mesmo modo que nas abordagens anteriores.

Também nesta abordagem os impactos no emprego são tidos em conta do mesmo modo que o foram nas Abordagens 1 e 2. Consideramos os impactos no emprego em cada sector como probabilidades de perda do trabalho para essas categorias; em seguida, seleccionamos aleatoriamente, aplicando 50 repetições, em cada sector uma percentagem de individuos igual ao impacto no emprego estimado no mesmo sector e, por fim, impomos uma quebra do seu rendimento de 100 por cento.

relativo da taxa de pobreza no que respeita à subamostra (mais ampla) de individuos que auferem qualquer rendimento de qualquer tipo de actividade profissional.

³⁶ Na verdade, a matriz de contabilidade social (MCS) em Betho et al. (2021) utiliza quintis de consumo, não de rendimento; isto deve-se ao facto de o consumo ser medido mais exactamente do que o rendimento nos inquéritos ao orçamento familiar para Moçambique. Por isso, também utilizamos agregados de consumo para definir quintis, embora mantenhamos a notação ‘quintis de rendimento’ utilizada em Betho et al. (2021).

O impacto no consumo total dos agregados familiares devido à perda do trabalho de um dos membros do agregado (igual a cerca de -15 por cento) é aplicado na Abordagem 3 também. A redução do rendimento por categoria urbano/rural–quintil de rendimento e o efeito no emprego ao nível da indústria/sector são subseqüentemente combinados para obter uma estimativa da redução global do consumo e do aumento relativo da taxa de pobreza.³⁷

Os resultados pormenorizados para a redução do consumo, em percentagem, e o aumento da taxa de pobreza, em pontos percentuais, para os assalariados apenas e para todos os trabalhadores/toda a população, utilizando os dois métodos delineados para calcular a elasticidade consumo–rendimento, a nível nacional e urbano/rural, encontram-se no Apêndice B. Além disso, os resultados para a redução do consumo, em percentagem, e o aumento da taxa de pobreza, em pontos percentuais, para as três abordagens e para todos os trabalhadores/toda a população, a nível provincial, por quintis de consumo, nível de escolaridade alcançado, género, ocupação principal, tipo de empregados e sector de actividade económica são também apresentados no Apêndice B.

³⁷ Neste caso, as estimativas obtidas utilizando a terceira abordagem podem ser imediatamente calculadas para toda a população, dado que a redução no consumo devido à redução do rendimento do agregado familiar é calculada para grandes categorias de agregados familiares e não apenas para os assalariados ou pessoas que auferem rendimento.

Apêndice B: Linha de base e alterações estimadas nas taxas de pobreza de consumo e no consumo médio

Tabela B1. Taxas de pobreza de consumo (%) e níveis de consumo médio de base (meticais/pessoa/dia)

	Taxas de pobreza de consumo (%)	Consumo médio (meticais/pessoa/dia)
Nacional	46,1	47,1
Urbano	37,4	82,3
Rural	50,1	30,8
Província		
Niassa	60,6	32,7
Cabo Delgado	44,8	43,4
Nampula	57,1	28,1
Zambézia	56,6	26,3
Tete	31,7	41,3
Manica	41,0	41,2
Sofala	44,1	38,9
Inhambane	48,5	45,8
Gaza	51,2	43,0
Maputo Província	18,9	111,3
Maputo Cidade	11,7	180,5
Quintil de consumo		
Q1	100	10,6
Q2	100	19,1
Q3	30,4	27,8
Q4	0	42,0
Q5	0	135,9
Nível de escolaridade alcançado		
Sem instrução/ensino primário incompleto	50,1	36,9
Ensino primário completo/ensino secundário incompleto	29,5	68,9
Segundo ciclo do ensino secundário incompleto/completo	13,8	125,9
Ensino superior incompleto/completo	1,7	418,7
Gênero		
Feminino	45,8	46,5
Masculino	46,4	47,7
Ocupação principal		
Gestor de topo	3,3	681,7
Pessoal/técnico universitário	8,0	228,1
Pessoal/técnico não universitário	8,4	194,0
Pessoal administrativo	4,8	193,6
Trabalhadores não agrícolas	27,3	78,6
Artesão por conta própria	55,0	33,5
Pequeno comerciante	25,4	81,9
Pessoal de serviço	21,3	84,1
Empregado doméstico	26,4	89,0
Pequeno agricultor/camponês	48,4	31,3
Trabalhador agrícola	40,6	41,7
Outras ocupações	35,0	57,0
Tipo de empregador		
Administração Pública	9,2	150,7
Administração local	16,3	138,2
Empresa pública	13,6	188,7
Empresa privada	24,3	110,8
Cooperativa	23,6	70,4
Instituições sem fins lucrativos	10,8	179,9
Casa particular	28,4	84,9
Trabalhador por conta própria com empregados	23,5	120,2
Trabalhador por conta própria sem empregados	43,9	39,4
Trabalhador familiar sem remuneração e trabalhadores domésticos	49,5	31,1
Organização internacional/embaixada	24,6	935,3
Sector de actividade económica		
Agricultura, exploração florestal e pescas	48,0	32,0
Exploração de minas e pedreiras	29,4	78,9
Manufatura	34,3	67,5
Electricidade, gás e água	11,7	300,6
Construção	22,5	80,0
Transporte, armazenamento e comunicação	14,5	115,6
Comércio, restauração e alojamento, e financeiro	24,7	96,4
Serviços da administração pública	10,4	175,5
Serviços pessoais e outros serviços	20,1	119,6

Nota: pp, pontos percentuais. Os dados representam a percentagem de pessoas pobres no total da população para diferentes áreas.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em DEEF (2016) e no IOF14.

Tabela B2. Redução do consumo (%) a nível nacional e urbano/rural, para trabalhadores assalariados e para todos os trabalhadores/toda a população

	Abordagem 1	Abordagem 2	Abordagem 3	Média das Abordagens 1-3
(a)				
Apenas trabalhadores assalariados				
Nacional	-6,7	-11,1	-14,0	-10,6
Urbano	-9,5	-10,5	-12,5	-10,8
Rural	-5,6	-12,2	-14,6	-10,8
Todos os trabalhadores/toda a população				
Nacional	-7,1	-14,4	-9,2	-10,2
Urbano	-9,9	-13,4	-7,6	-10,3
Rural	-5,8	-14,8	-10,0	-10,2
(b)				
Apenas trabalhadores assalariados				
Nacional	-5,9	-11,0	-12,7	-9,9
Urbano	-8,7	-10,5	-11,1	-10,1
Rural	-4,7	-12,1	-13,3	-10,0
Todos os trabalhadores/toda a população				
Nacional	-6,2	-14,3	-7,7	-9,4
Urbano	-9,0	-13,3	-5,9	-9,4
Rural	-4,9	-14,6	-8,6	-9,4

Nota: No Painel (a), apresentamos as estimativas para as três abordagens obtidas utilizando a elasticidade consumo-rendimento do método baseado nos dados das contas nacionais; no Painel (b), apresentamos as estimativas para as três abordagens obtidas utilizando a elasticidade consumo-rendimento do método baseado na regressão com base nos dados do IOF14. Nas colunas designadas 'Média das Abordagens 1-3', apresentamos as médias das três abordagens.

Fonte: Cálculos dos autores com base no IOF14.

Tabela B3. Aumento da taxa de pobreza a nível nacional e urbano/rural (pp), para trabalhadores assalariados e para todos os trabalhadores/toda a população

	Abordagem 1	Abordagem 2	Abordagem 3	Média das Abordagens 1-3
(a)				
Apenas trabalhadores assalariados				
Nacional	4,1	5,1	9,5	6,2
Urbano	4,5	4,4	6,3	5,1
Rural	3,9	6,7	10,8	7,1
Todos os trabalhadores/toda a população				
Nacional	4,3	9,9	6,2	6,8
Urbano	5,0	6,8	3,8	5,2
Rural	4,0	10,9	7,3	7,4
(b)				
Apenas trabalhadores assalariados				
Nacional	3,5	5,0	8,5	5,7
Urbano	4,1	4,4	5,4	4,6
Rural	3,3	6,4	9,8	6,5
Todos os trabalhadores/toda a população				
Nacional	3,7	9,7	5,3	6,2
Urbano	4,6	6,7	2,9	4,7
Rural	3,3	10,7	6,4	6,8

Nota: No Painel (a), apresentamos as estimativas para as três abordagens obtidas utilizando a elasticidade consumo-rendimento do método baseado nos dados das contas nacionais; no Painel (b), apresentamos as estimativas para as três abordagens obtidas utilizando a elasticidade consumo-rendimento do método baseado na regressão com base nos dados do IOF14. Nas colunas designadas 'Média das Abordagens 1-3', apresentamos as médias das três abordagens.

Fonte: Cálculos dos autores com base no IOF14.

Tabela B4. Aumento da taxa de pobreza (pp) e redução do consumo (%) a diferentes níveis e para diferentes categorias. Abordagens 1-3 e média das três abordagens, todos os trabalhadores/toda a população.

	Aumento da taxa de pobreza (pp)				Redução do consumo (%)			
	Abordagem 1	Abordagem 2	Abordagem 3	Média das Abordagens 1-3	Abordagem 1	Abordagem 2	Abordagem 3	Média das Abordagens 1-3
Nacional	4,3	9,9	6,2	6,8	-7,1	-14,4	-9,2	-10,2
Urbano	5,0	6,8	3,8	5,2	-9,9	-13,4	-7,6	-10,3
Rural	4,0	10,9	7,3	7,4	-5,8	-14,8	-10,0	-10,2
Provincia								
Niassa	4,4	10,3	6,1	6,9	-6,8	-14,1	-8,5	-9,8
Cabo Delgado	4,5	10,5	7,0	7,3	-6,7	-14,6	-9,6	-10,3
Nampula	4,3	10,0	5,9	6,7	-7,0	-14,4	-8,9	-10,1
Zambézia	3,8	8,9	5,8	6,2	-6,5	-14,1	-9,2	-9,9
Tete	5,3	13,9	9,4	9,5	-6,2	-14,9	-10,1	-10,4
Manica	5,0	11,8	7,9	8,2	-7,1	-15,2	-10,3	-10,9
Sofala	4,7	9,7	6,0	6,8	-7,7	-15,2	-9,8	-10,9
Inhambane	4,4	9,8	6,5	6,9	-6,8	-14,5	-9,5	-10,3
Gaza	2,8	8,6	5,3	5,6	-7,1	-14,9	-10,0	-10,7
Maputo Provincia	4,4	6,6	4,0	5,0	-8,5	-13,5	-8,1	-10,0
Maputo Cidade	4,6	4,6	2,6	3,9	-9,8	-12,6	-7,1	-9,8
Quintil de consumo								
Q1					-7,3	-14,9	-9,1	-10,4
Q2					-6,9	-14,8	-9,3	-10,3
Q3					-6,9	-14,8	-9,7	-10,5
Q4					-6,9	-14,3	-9,3	-10,2
Q5					-7,3	-13,5	-8,8	-9,9
Nível de escolaridade alcançado								
Sem instrução/ensino primário incompleto	4,4	10,5	6,4	7,1	-6,9	-14,7	-9,1	-10,2
Ensino primário completo/ensino secundário incompleto	4,6	8,9	6,4	6,6	-8,2	-14,2	-10,1	-10,8
Segundo ciclo do ensino secundário incompleto/completo	2,9	4,3	3,0	3,4	-8,7	-12,0	-8,5	-9,7
Ensino superior incompleto/completo	0,9	1,0	0,9	0,9	-6,7	-8,5	-7,8	-7,7
Género								
Feminino	4,3	10,1	6,3	6,9	-7,1	-14,5	-9,3	-10,3
Masculino	4,3	9,6	6,1	6,7	-7,1	-14,3	-9,1	-10,2
Ocupação principal								
Gestor de topo	1,7	2,3	1,5	1,8	-6,8	-8,9	-9,4	-8,4

¹ Development Economics Research Group (DERG), Universidade de Copenhaga, Dinamarca; ² Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento, Ministério da Economia e Finanças (MEF), Moçambique; ³ UNU-WIDER, Helsínquia, Finlândia; autor correspondente: vincenzo.salvucci@gmail.com

Pessoal/técnico universitário	2,1	2,1	2,3	2,2	-7,3	-6,8	-8,1	-7,4
Pessoal/técnico não universitário	2,0	2,7	2,4	2,4	-7,9	-8,2	-8,9	-8,3
Pessoal administrativo	2,0	2,8	2,3	2,4	-8,4	-9,9	-10,2	-9,5
Trabalhadores não agrícolas	4,4	7,2	7,6	6,4	-8,3	-13,8	-13,3	-11,8
Artesão por conta própria	3,8	3,8	3,8	3,8	-5,8	-17,0	-16,1	-13,0
Pequeno comerciante	4,2	9,7	7,8	7,2	-8,6	-18,0	-14,7	-13,8
Pessoal de serviço	4,5	5,0	5,5	5,0	-8,7	-9,7	-10,0	-9,5
Empregado doméstico	3,5	3,3	3,8	3,5	-8,9	-8,6	-8,6	-8,7
Pequeno agricultor/camponês	3,9	10,8	11,1	8,6	-6,1	-14,8	-15,2	-12,0
Trabalhador agrícola	4,5	10,2	10,6	8,4	-6,4	-14,2	-14,7	-11,8
Outras ocupações	5,6	9,9	9,8	8,4	-7,8	-12,7	-12,9	-11,1
Tipo de empregador								
Administração Pública	2,6	2,4	2,7	2,6	-7,7	-6,6	-8,0	-7,4
Administração local	4,7	4,2	4,8	4,6	-8,9	-7,3	-8,6	-8,3
Empresa pública	2,6	4,6	3,9	3,7	-8,3	-11,2	-11,4	-10,3
Empresa privada	4,3	6,7	6,6	5,9	-8,1	-13,4	-12,9	-11,5
Cooperativa	4,3	5,7	5,7	5,2	-6,0	-14,9	-15,1	-12,0
Instituições sem fins lucrativos	4,0	3,8	4,7	4,2	-8,1	-7,7	-8,9	-8,2
Casa particular	3,5	4,2	4,1	3,9	-8,6	-9,2	-9,2	-9,0
Trabalhador por conta própria com empregados	3,5	6,3	6,4	5,4	-7,2	-14,2	-13,8	-11,7
Trabalhador por conta própria sem empregados	3,8	9,7	9,8	7,8	-6,4	-14,6	-14,6	-11,9
Trabalhador familiar sem remuneração e trabalhadores domésticos	4,3	12,3	12,5	9,7	-6,3	-15,5	-15,8	-12,5
Organização internacional/embaixada	1,5	0,0	1,5	1,0	-6,7	-8,0	-8,8	-7,8
Sector de actividade económica								
Agricultura, exploração florestal e pescas	4,0	6,6	11,1	7,2	-6,1	-17,7	-15,2	-13,0
Exploração de minas e pedreiras	3,3	9,5	7,3	6,7	-7,0	-15,8	-15,0	-12,6
Manufatura	4,7	5,2	9,6	6,5	-8,0	-14,1	-14,9	-12,3
Electricidade, gás e água	1,9	5,2	3,3	3,5	-7,9	-15,8	-14,1	-12,6
Construção	3,6	6,4	7,0	5,7	-8,7	-15,0	-15,3	-13,0
Transporte, armazenamento e comunicação	3,8	9,4	7,0	6,7	-8,7	-18,0	-14,7	-13,8

Comércio, restauração e alojamento, e financeiro	4,1	2,3	7,6	4,7	-8,6	-6,6	-14,6	-9,9
Serviços da administração pública	2,7	4,2	2,9	3,3	-8,3	-8,9	-8,2	-8,5
Serviços pessoais e outros serviços	3,8	9,9	4,4	6,0	-8,3	-14,4	-9,4	-10,7

Nota: pp, pontos percentuais. Os resultados para o aumento das taxas de pobreza para diferentes quintis não são apresentados por não terem significado. As colunas designadas como 'Média das Abordagens 1-3' apresentam o aumento médio da taxa de pobreza (em pontos percentuais) e a redução média do consumo (em percentagem) a diferentes níveis, sendo as médias calculadas entre as três abordagens e para todos os trabalhadores/toda a população.

Fonte: Cálculos dos autores com base no IOF14.